

ANTONIO DORSA

**LUZES DO CERRADO: CULTURA, MEMÓRIA E
IDENTIDADE COM POTENCIALIDADES DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2011**

ANTONIO DORSA

**LUZES DO CERRADO: CULTURA, MEMÓRIA E
IDENTIDADE COM POTENCIALIDADES DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2011**

Ficha catalográfica

Dorsa, Antonio

D717L Luzes do cerrado: cultura, memória e identidade com potencialidades de desenvolvimento local / Antonio Dorsa; orientação Maria Augusta de Castilho. 2011
82 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Desenvolvimento local 2. Cultura 3. Identidade 4.
Patrimônio cultural I. Castilho, Maria Augusta de II. Título

CDD - 363.69

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Luzes do cerrado: cultura, memória e identidade com potencialidades de desenvolvimento local




Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Defesa final aprovado em: 09 / 09 / 2011.

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Maria Augusta de Castilho - Orientadora Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof Dr Heitor Romero Marques Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof Dr Oséias de Oliveira Universidade Estadual do Centro-Oeste Campus de Irati - PR

À minha esposa Profª Drª Arlinda Cantêro Dorsa que me empolgou diariamente, me dando forças e incentivo para a concretização da pesquisa.

Aos meus filhos, netas e netos como fontes perenes de realizações.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por me proporcionar não só sabedoria, mas principalmente a vontade de vencer esse grande desafio.

À minha orientadora Professora Doutora Maria Augusta de Castilho, pela atenção, dedicação, preocupação, auxílio e pela competente orientação no desenrolar do projeto.

À Universidade Católica Dom Bosco pela concessão de ajuda financeira e por acreditar na valorização de seus docentes.

Aos professores que possibilitaram a compreensão do Desenvolvimento Local e sua importância sócio-econômica e cultural.

À Fundação de Cultura (FUNGAB) de São Gabriel do Oeste - MS na pessoa da Profª Maria Irene Eibel pela presteza e atendimento no fornecimento de dados e auxílio na pesquisa de campo junto aos atores locais.

Ao Padre João Alves de Oliveira pelo companheirismo e auxílio no tocante à pesquisa de campo.

A todos, que de forma direta e indireta colaboraram para a efetiva finalização deste trabalho.

“A história universal apresenta o desenvolvimento da consciência que tem o espírito da liberdade e da realização produzida por tal consciência”.

Hegel (1837)

RESUMO

A pesquisa fundamenta-se nos referenciais teóricos embasadores do conceito de desenvolvimento local: território, territorialidade, capital humano, capital social, cultura, identidade, comunidade e sustentabilidade. Tendo como suporte o evento Luzes do Cerrado - O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste- MS, mostra as potencialidades de desenvolvimento local. O estudo insere-se na área de concentração do Mestrado em Desenvolvimento Local no contexto das territorialidades. Ressalta ainda que as reflexões e interpretações fazem parte da linha de pesquisa - DL: cultura, identidade e diversidade tendo como aporte o Grupo de Pesquisa: Patrimônio Cultural, Direito e Diversidade. A metodologia foi pautada no método indutivo e voltada para pesquisa qualitativa e quantitativa com base em questionários e depoimentos coletados junto à população em geral e atores envolvidos no projeto. Tem-se como questão norteadora se o poder público pode sensibilizar ações comunitárias voltadas à sustentabilidade na contemporaneidade e em resultados positivos futuros. Nesse sentido, o estudo apresenta a importância e o significado que o evento proporciona ao município, como potencializador do processo de desenvolvimento local, assim como um produto fomentador do turismo, da valorização da cultura regional e da participação comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade. Territorialidade. Participação. Luzes do Cerrado.

ABSTRACT

The research is based on the theoretical basement of the concept of local development: territory, territoriality, human capital, social capital, culture, identity, community and sustainability. Having as a support the event Cerrado Lights - São Gabriel do Oeste Lighted Christmas - MS, it shows the potentialities of local development. The study is inserted in the focus area of the Local Development Master Programme in the context of territoriality. It further states that the reflections and interpretations are part of the research line - Local Development: culture, identity and diversity. The methodology was based on the inductive method and focused on qualitative and quantitative research based on questionnaires and interviews collected from the general population and actors involved in the project. It has as the guiding question "if the government can sensitize community actions oriented to the sustainability in contemporaneity and in future positive results. In this sense, the study shows the importance and significance that the event is providing the city as potentiating the local development process, such as a developer product of the tourism, of the regional culture appreciation and of the community participation.

KEYWORDS: Culture. Community. Territoriality. Participation. Cerrado Lights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Localização do município de São Gabriel do Oeste	45
Figura 2	- Vista aérea do município de São Gabriel do Oeste na década de 1980	50
Figura 3	- Vista parcial do município de São Gabriel do Oeste na década de 1980	50
Figura 4	- Máquinas em ação na colheita da soja	51
Figura 5	- Colheita do sorgo	52
Figura 6	- Festa do leitão no rolete A	53
Figura 7	- Festa do leitão no rolete B	54
Figura 8	- Público presente nos <i>shows</i> - Evento Natal Iluminado	55
Figura 9	- Apresentação de coral - Evento Natal Iluminado	56
Figura 10	- Apresentação de violeiros - Evento Natal Iluminado	56
Figura 11	- Representação nascimento de Jesus - Evento Natal Iluminado	57
Figura 12	- Matriz de São Gabriel do Oeste - Evento Natal Iluminado	57
Figura 13	- Trabalho artesanal - Evento Natal Iluminado (A)	58
Figura 14	- Trabalho artesanal - Evento Natal Iluminado (B)	58
Figura 15	- Trabalho artesanal - Evento Natal Iluminado (C)	59
Figura 16	- Imagens da cidade no Evento Natal Iluminado (A)	60
Figura 17	- Imagens da cidade no Evento Natal Iluminado (B)	60
Figura 18	- Imagens da cidade no Evento Natal Iluminado (C)	61
Figura 19	- Cartaz do Evento - 2008	62
Figura 20	- Cartaz do Evento - 2009	62
Figura 21	- Cartaz do Evento - 2010	63
Figura 22	- Artesão na elaboração dos enfeites natalinos	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 1 ASPECTOS TEÓRICOS NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	13
1.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	13
1.2 PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CAPITAL HUMANO E O CAPITAL SOCIAL.....	16
1.3 CULTURA E IDENTIDADE SOB NOVOS OLHARES	21
1.4 CULTURA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA À LUZ DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL	24
1.5 LUZES DO CERRADO - UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL SOB A ÓTICA DA SOLIDARIEDADE.....	27
1.6 UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	32
1.7 COMUNIDADE: RELEVÂNCIA DE SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	35
1.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	39
 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROJETO LUZES DO CERRADO: NATAL ILUMINADO EM SÃO GABRIEL DO OESTE	44
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	44
2.2 LUZES DO CERRADO NO CONTEXTO DA TERRITORIALIDADE URBANA DE SÃO GABRIEL DO OESTE.....	52
2.3 LUZES DO CERRADO E SEUS ASPECTOS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	54

3 PERCEPÇÕES DOS ATORES NO EVENTO LUZES DO CERRADO: NATAL ILUMINADO: O OLHAR DA SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	64
3.1 LUZES DO CERRADO: METODOLOGIA EMPREGADA.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICES	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como focalização o evento Luzes do Cerrado: O Natal Iluminado de São Gabriel Oeste - MS, e se propõe a tecer considerações e interpretações apresentando as potencialidades de desenvolvimento local.

Como ponto de partida, a pesquisa realça a importância do evento como um produto fomentador do turismo na realização das festividades natalinas, na valorização da cultura regional, na participação comunitária, no artesanato capaz de impulsionar o desenvolvimento local.

Ressalta, ainda, que este não se restringe à dimensão econômica, mas alavanca a possibilidade de equalizar diversos objetivos como a preservação e conservação ambiental, a identidade cultural, a geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida. É dentro dessa ótica que esses fatores se enlaçam e se tornam aptos a construir ou reconstruir identidades, elevar a autoestima individual e coletiva, adicionando valor ao patrimônio existencial humano.

A condução da pesquisa delimitada no espaço de São Gabriel do Oeste, justifica-se em razão da realização do evento no período do Natal e por ter provocado no pesquisador a preocupação em demonstrar empiricamente, com base em questionários e depoimentos, a importância e o significado que o evento está proporcionando à cidade e ao incremento das relações que estão potencializando o processo de desenvolvimento local.

Os objetivos específicos voltam-se à:

1. Avaliar a importância das potencialidades culturais, religiosas e econômicas para o desenvolvimento de São Gabriel do Oeste;
2. Identificar as motivações e percepções dos agentes envolvidos no evento e sua relação com o desenvolvimento local;

3. Verificar como ocorre a construção efetiva do sentimento de pertença da população envolvida nos depoimentos e questionários aplicados.

Quanto à coleta de dados, a pesquisa dividiu-se em dois momentos importantes: pesquisa de campo com a aplicação de questionário em cerca de 87 pessoas (população em geral, atores envolvidos: artesãos, diretores de escola, funcionários da prefeitura) e revisão bibliográfica a partir de livros, revistas, artigos e dissertações disponíveis em ambiente virtual.

O estudo pauta-se no método indutivo, com observações *in loco* e recolhimento de imagens sobre a temática. Insere-se no tipo quali-quantitativo, com ênfase no aspecto qualitativo, sendo realizado por meio de observação no local, em razão de o pesquisador ser docente na UCDB no *campus* da cidade há mais de 8 anos, além, principalmente, dos questionários e depoimentos de diferentes segmentos da sociedade.

Os pressupostos teóricos, delineados no tópico 1, seguem o suporte de diversos autores, mostrando uma estrutura básica e uma visão multidisciplinar dos conceitos de território, territorialidade, capital humano, capital social, cultura, comunidade, identidade e sustentabilidade. Busca-se com essa proposta de estudo, dar encaminhamento na discussão do tema em questão a partir da compreensão e dos significados das diversas dimensões que configuram o processo de desenvolvimento local.

Nos aspectos históricos, relatados no tópico 2, pode-se observar que a cidade de São Gabriel do Oeste, localizada no norte do Estado de Mato Grosso do Sul, surgiu com a participação de toda a comunidade, numa demonstração de que suas raízes são de pessoas de potencial agregador e empreendedor.

O último tópico ressalta a importância da simbologia do Natal como a principal referência do evento, bem como o significado da festa e a percepção dos atores envolvidos no evento Luzes do Cerrado - O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste.

O desenvolvimento local, portanto, é um modo de levar em conta o papel dos fatores para tornarem dinâmicas as potencialidades do local, levando principalmente em consideração as necessidades humanas: a solidariedade, a segurança, o afeto, a proteção, o trabalho, a autoestima, a qualidade de vida e a liberdade, as quais se sobrepõem as dimensões econômicas.

1 ASPECTOS TEÓRICOS NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este tópico apresenta um referencial conceitual que identifica e analisa as ideias nas principais perspectivas teóricas que norteiam a pesquisa, demonstrando a convergência dos diversos fatores que contribuem para o desenvolvimento local.

1.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades sociais representam os grandes desafios não só dos países desenvolvidos, como também dos emergentes e, principalmente, dos subdesenvolvidos. São, sem sombra de dúvida, as plataformas das políticas públicas tanto no âmbito global como local. Era cediço, até pouco tempo, que essas metas seriam vencidas unicamente com o desenvolvimento econômico.

As pesquisas sobre desenvolvimento baseavam-se pela oposição entre a necessidade de intervenção estatal e o caráter auto-regulador do mercado, as quais a partir do final do século XX, buscaram uma abordagem sistêmica, considerando todos os fatores e circunstâncias que englobam o processo de desenvolvimento.

A partir dessa nova visão eclode o que se denomina atualmente de desenvolvimento local, sendo, no entanto, um tema ainda controverso e pouco estudado, tanto no Brasil quanto nas discussões internacionais. No Brasil, a valorização do local ocorreu a partir dos anos 70, do século XX, como meio privilegiado para planejar e executar políticas governamentais.

Um dos alicerces para o desencadeamento do desenvolvimento local, que rompe radicalmente com as visões dominantes que o atrelava ao desenvolvimento econômico, é com toda certeza o território e sua concepção. Nesse contexto,

ultrapassa a visão de território como base, o fundamento de Estado - Nação, tanto que está atualmente, no centro das preocupações dos cientistas, das políticas e igualmente dos agentes e atores econômicos.

O enfoque territorial possibilita a explicação das dinâmicas de desenvolvimento tendo como sustentáculo o espaço social e as relações de poder nele operantes. É, nesse sentido, o entendimento de Aydalot (1985) afirmando que território é a fonte de desenvolvimento. Conforme vislumbra Schneider e Tartaruga (2004, p. 4) entender os fatores que constituem a abordagem do território para o desenvolvimento local “requer analisar o papel dos múltiplos agentes, das instituições, das demais formas organizativas da sociedade e, até mesmo, da cultura na configuração do espaço social.

De acordo com Dallabrida e Beecker (2003), pode-se conceber o território como sendo o espaço apropriado por relações de poder, sendo que a referida apropriação redundará indubitavelmente em transformações do espaço. Na acepção desses autores, as ações decorrentes das relações de poder que possibilitarão a transformação do espaço, constituem as territorialidades do espaço apropriado, ou seja, constituirão as territorialidades do território ocupado, uma vez que este não mais poderá ser concebido sem as relações de poder dos grupos que as proporcionam.

Nesse sentido, de acordo com a visão dos autores, essa concepção de território e suas respectivas territorialidades que se incorporam para dinâmicas do desenvolvimento local, deverão aproveitar as sinergias existentes entre os atores de uma específica localidade, a fim de que as relações estabelecidas entre si e com o território sejam aproveitadas para: geração de renda, emprego, preservação do meio ambiente, manutenção das especificidades culturais e demais características do desenvolvimento local.

Apesar de haver múltiplas abordagens sobre as concepções de território e as formas como ele é interpretado nas ciências sociais, qualquer delas associam o território a poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Diz ele respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2007).

Consoante Lefevre (1986), assinala que o poder de apropriação representa um processo muito mais subjetivo, carregado de marcas do vivido e do valor de uso dos territórios e suas manifestações culturais peculiares. Desta

maneira, o fator diferenciador da definição de território no âmbito do desenvolvimento local, são as relações de poder que lhe dão corpo, assim como as manifestações culturais dos atores que o habitam. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Deduz-se, portanto, que o território representa uma categoria produzida por ações políticas, interação entre os atores da localidade específica, pelo respeito às suas peculiaridades, pelas ações sociais e econômicas. Com relação à territorialidade, esta pode ser vista:

como elemento de expressão e sustentação, implicando na formação social, política e econômica, provocando, por sua vez uma diferenciação e dissociação entre as pessoas e os lugares, o ser, o estar e o fazer, exprimindo e ditando a lógica do comportamento da sociedade (ALMEIDA SILVA, 2007, p. 13).

Para Raffestin (1993, p. 162), a territorialidade é composta por três elementos: “senso de identidade espacial; senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço”. Sua função é a manutenção do território, ou seja, sua defesa, garantindo uma espécie de equilíbrio entre as sociedades e a natureza.

A cidade de São Gabriel do Oeste, localizada no norte do estado do Mato Grosso do Sul, motivo da pesquisa do presente trabalho, é exemplo significativo da integração entre os diferentes segmentos da sociedade local. Nos seus eventos tradicionais, ora de iniciativa do poder público, ora da iniciativa privada, há uma participação ímpar da maioria dos integrantes da sociedade, atuando como grupos sociais distintos, cada qual com sua tônica de atuação.

Além do evento, tema dessa dissertação, a cidade conta também com a tradicional festa do “Porco no Rolete”, realizada anualmente no mês de julho, e que também é fonte geradora de renda bem como elemento representativo das peculiaridades culturais e das potencialidades locais.

1.2 PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CAPITAL HUMANO E O CAPITAL SOCIAL

A definição de desenvolvimento local, segundo Cohard, Martínez e Alonso (2003), abarca três dimensões: a econômica, na qual os empresários utilizam a capacidade produtiva e inovadora com o objetivo de melhorar sua competitividade e seus resultados; a sócio-cultural em que a preservação dos valores culturais dos atores sociais envolvidos diretamente e comunidades de entorno, constituem a base de sustentabilidade e a político-administrativa.

Com relação a esta dimensão, vale enfatizar que o Estado tem um papel fundamental na gerência do processo de desenvolvimento local como um todo na medida em que deve por obrigação buscar a manutenção do equilíbrio das relações entre todos os elementos que compõem o processo, criando um ambiente propício ao surgimento de sinergias e oferecendo base legal na defesa das instituições.

Ao salientar que o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, Buarque (2002) afirma que especialmente nas regiões e municípios pobres, deve-se perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza local, por intermédio de atividades econômicas viáveis e competitivas, capazes de competir com os mercados locais e regionais. Esta ação, segundo o autor é capaz de quebrar a dependência a inércia do subdesenvolvimento e do atraso nas localidades periféricas, promovendo assim uma mudança social no território.

Na concepção de Martin (1999) o desenvolvimento local ocorre pelo envolvimento dos protagonistas locais, é um fenômeno resultante das relações humanas, pois são as pessoas que promovem o desenvolvimento. Este depende da realização dos sonhos, dos desejos, do preenchimento das necessidades, da adesão, das decisões e das escolhas dos atores nesse processo. É, portanto, o que se constitui o protagonismo local. Há que existir uma verdadeira coesão de ideais e comprometimento entre todos os agentes envolvidos.

Na verdade, segundo o autor, não há como promover o desenvolvimento sem despertar o protagonismo local, pelo qual os atores e agentes locais se reconhecem como sujeitos de seu próprio destino e se tornam atores sociais. A participação como protagonistas pressupõe que estejam prontos para esse mister, ou seja, possuidores de conhecimento e habilitações incorporados à força de

trabalho, vistos como decorrência de investimentos em educação e treinamento. É o que se denomina de capital humano.

Conforme Franco (2000) quando se aborda desenvolvimento, refere-se em melhorar a vida das pessoas que estão vivas e das que viverão amanhã e isto abarca uma dimensão humana, social e sustentável.

É nesse sentido que o autor afirma que não basta crescer economicamente, mas que é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas não apenas à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade e à possibilidade de influir nas decisões políticas. Conclui Franco (2000), que o capital humano se refere mais diretamente ao conhecimento, ao *knowhow* à capacidade de criá-lo e recriá-lo, o que envolve a educação, a saúde, a alimentação e a nutrição, a cultura e a pesquisa e várias outras áreas.

Verifica-se, portanto, que o desenvolvimento deve assegurar igualdade no tocante a opções e oportunidades de escolha, bem como o direito à liberdade e a autonomia para se buscar melhores condições de vida. Em suma, deve contemplar o conjunto das necessidades humanas.

Nessa linha, Elizalde (2000), em seu artigo “*Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*” relembra que as necessidades humanas fundamentais são a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a criação, a participação, o ócio, a identidade e a liberdade (*apud* BRAND; MARINHO; LIMA, 2007).

Para Elizalde (2000), todas essas necessidades possuem a mesma importância, razão pela qual apresenta três subsistemas que se estruturam em torno das necessidades básicas e de sua satisfação.

1. O primeiro deles agrupa todas as necessidades humanas, tal como acima elencadas.

2. O segundo procura englobar as formas imateriais e psíquicas que permitem a conscientização de suas necessidades básicas fundamentais, ao mesmo tempo em que atua como ponte entre essas necessidades e os produtos da cultura concebidos para satisfazê-las.

3. O último subsistema abrange os bens, ou seja, os artefatos materiais produzidos pela cultura, muitos sendo o meio de divulgação para bens imateriais, ou seja, utensílios, ferramentas, alimentos, vestimentas, discos, livros e muitos outros.

Além do mais, segundo Franco (2005) o principal elemento do capital humano, não é como se poderia imaginar, o nível de escolaridade ou a expectativa

de vida da população, argumento utilizado pelas chamadas políticas sociais, na qualidade de políticas de oferta estatal, quer dizer, da ótica da proteção social, e não do ponto de vista da promoção do desenvolvimento social. Franco (2005, p. 54) conclui afirmando que:

Do ponto de vista do desenvolvimento, o principal elemento do capital humano, o que distingue e caracteriza o humano como ente construtor de futuro e, portanto, gerador de inovação é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora - o seu desejo, sonho e visão - e se mobilizando para desenvolver as atitudes e adquirir os conhecimentos necessários capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão. Ora, isso tem um nome (que se refere a um conceito deslizado do âmbito empresarial, mas não necessariamente a ele restrito): chama-se empreendedorismo.

A percepção desses fatores constitui uma grande estratégia para o processo de desenvolvimento, pois, há que se criar nos locais, ambientes favoráveis à inovação, liberando a capacidade das pessoas de sonhar e de correr atrás de seus sonhos. É um dos aspectos do processo de endogeneização, ou seja, fatores internos que permitem aflorar a criatividade e que constituem no contexto desse trabalho os pilares para a construção do futuro da cidade.

Daí que somente a resolução das questões básicas de saúde e de educação não é suficiente para o desabrochamento das potencialidades locais.

Em São Gabriel do Oeste, principalmente, no período dos preparativos para o evento Natal Luzes do Cerrado, os elementos caracterizadores do capital humano estão presentes, não só na figura das artesãs, principais protagonistas do evento, como também na classe estudantil, nos colégios, nas instituições privadas e públicas representadas pela prefeitura, organizadora e patrocinadora do evento.

Decorre da valorização do capital humano, o surgimento do que atualmente se denomina de capital social, como recurso que pode contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável, porque gera ação e inteligência social.

Consoante Moreira (2011), essa ação e inteligência social é resultado das interações entre as pessoas e as instituições sociais, num processo de ida e vinda de informações e conhecimentos, pois facilita a resolução de problemas, promove os processos criativos e retroalimenta o processo de geração de conhecimento.

Para Franco (2004), o capital social é rede social, sendo essas, em essência, os múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos, pois se

referem, portanto, à configuração móvel das conexões internas de um corpo coletivo de seres humanos, incluindo não apenas a sua morfologia, mas também o “metabolismo” que parece lhe ser próprio, ou seja, a democracia.

Dessa forma, capital social, não se refere a um conceito econômico nem tampouco sociológico, mas a um conceito político, uma vez que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação, praticado por uma sociedade.

Capital social tornou-se, portanto, um conceito em utilização crescente nos estudos desenvolvimentistas como forma de diminuir as desigualdades sociais, erradicar a pobreza e encontrar meios concretos para a obtenção do desenvolvimento social.

A expropriação econômica e exclusão social, geradora da perda de emprego, da deterioração das relações de trabalho, da desintegração dos valores culturais e éticos, da intensificação da desigualdade de gênero, entre outras diversidades, são os motivos e causas da proliferação de estudos e ações que envolvem novas metodologias de desenvolvimento. Essas novas metodologias privilegiam o cotidiano, a cultura regional e o local em detrimento do global, estando presente a ideia do indivíduo como agente idealizador e participante do processo de mudança social.

Nesse mesmo entendimento, estão, com algumas variações, as teorias da ação social de Pierre Bourdieu (1980) e James Samuel Coleman (1990). Com relação a Coleman (1990 *apud* AQUINO, 2000), o conceito de capital social permite uma melhor compreensão de como acontecem as relações de confiança, favoráveis à ação coletiva organizada, existentes entre os membros de um grupo de pessoas.

Sem deixar de considerar que os indivíduos podem utilizar de seu capital físico e de seu capital humano para atingir seus objetivos, Coleman (1990) assinala que na medida em que entre os atores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente. Para tanto, é preciso haver relações sociais que tornem possível a ação conjunta. Bourdieu (1980 *apud* AQUINO, 2000, p. 23), define capital social como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de

agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Essa epistemologia do desenvolvimento propõe, portanto, que as regiões e comunidades menos favorecidas sejam envolvidas pela ideia de capital social, pois o desenvolvimento sustentável de um país nasce no nível local e propicia alternativas culturais, econômicas e sociais à grande parcela da população.

O nível de estoque de capital social numa determinada comunidade ou região depende segundo Wolfe (2001), da habilidade dos indivíduos de associarem os objetivos comuns, compartilhando normas e interesses.

Tanto o meio acadêmico, quanto as instituições públicas e o setor privado vêm discutindo, estudando e adotando o capital social como fator que pode contribuir com a melhoria da qualidade de vida e com as condições econômicas das pessoas. Dessa forma, Nascimento (2000, p. 53), pondera que:

Esse conceito tem exercido forte influência na atual política de agências internacionais de apoio ao desenvolvimento e vem sendo discutido na América Latina, Ásia e África, a partir de estudos circunstanciados que levam em conta as especificidades locais dos territórios e seus principais atores sociais, Estados e organizações civis.

Segundo ainda Nascimento (2000, p. 36), o conceito de capital social enquanto conceito empiricamente construído pode ser definido como a “capacidade coletiva de constituir/articular redes de sociabilidade e convertê-las em ativo social, um valor social disponível e equivalente a um ativo de capital”

Nesse contexto, a admissão de novas tecnologias ajuda as comunidades, assim o fortalecimento do capital social passa a compensar a deficiência em capital financeiro e capital natural. Para Pereira (2007, p. 302):

É importante que os processos locais de desenvolvimento sejam percebidos como recursos estratégicos e possam ser vistos como uma oportunidade de transformação local. A compreensão do local, enquanto espaço de produção e de valorização do capital social, humano e cultural, é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social.

Após sua análise sobre a epistemologia do desenvolvimento, Franco (2004, p. 4) conclui que “o desenvolvimento é um processo de mudança, regulado pelas redes sociais, dependendo de estímulos internos e externos, cujo propósito é

assegurar a conservação dinâmica dessas próprias redes e, nessa medida, dos elementos que a compõem”.

O sucesso que vem alcançando o evento Luzes do Cerrado em São Gabriel do Oeste, que em 2010 completou 04 anos, deve-se à consciência participativa comunitária, uma das características de seus habitantes, que compreenderam a importância do local como fonte propiciadora de produção e de valorização do capital social, humano e cultural.

1.3 CULTURA E IDENTIDADE SOB NOVOS OLHARES

Ao longo das décadas, os estudos sobre cultura e identidade têm avançado de forma sistemática nas áreas das ciências humanas, sociais e políticas.

Por meio de uma visão cronológica do conceito de cultura, Edward Tylor (1832-1917) aponta um sentido amplo etnográfico em que denominou a cultura como todo um complexo incluindo nele as crenças, a moral, os costumes, os conhecimentos, a arte, as leis adquiridos pelo homem a partir do momento que se inclui como membro de uma sociedade.

Esse conceito trazia uma abrangência de todas as possibilidades do ser humano enquanto ser social em suas realizações além de trazer uma forte oposição entre a cultura como aprendizado e como dom inato transmitido por mecanismos biológicos. Na concepção desse autor, cultura era todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

Em 1871, Kroeber escreveu um artigo denominado ‘*O superorgânico*’, considerado até hoje um clássico, rompendo todos os laços entre o que seria cultural postulando a sua supremacia sobre o biológico.

Para Laraia (2006, p. 48-49), a contribuição de Kroeber trouxe algumas ampliações conceituais necessárias, pois:

A cultura não só determina o comportamento humano como também justifica as suas realizações muito mais do que a herança genética. O homem age de acordo com os seus padrões culturais, sendo assim, os seus instintos são gradativamente anulados ao longo do processo evolutivo. É a forma como o homem se adapta aos diferentes ambientes ecológicos modificando assim o seu chamado “equipamento superorgânico” e transformando a terra em seu habitat.

A aquisição da cultura trouxe ao homem a dependência de um processo de aprendizagem e não o agir de acordo com atitudes geneticamente determinadas. Se pudermos denominar esse processo de aprendizagem como socialização ou endoculturação, podemos afirmar que ele é determinante no comportamento e na capacidade artística ou profissional do indivíduo. A cultura é, portanto, na visão do autor, um processo acumulativo resultante de todas as experiências ao longo das décadas acumuladas por meio das gerações passadas, porém agindo de forma estimulante ou limitadora da ação criativa humana. De acordo com esse ponto de vista, aqueles que fizeram as primeiras invenções, desde a produção do fogo por meio do atrito com a madeira, a Santos Dumont ou Einstein são considerados gênios por terem utilizados o conhecimento a seu dispor e criados um novo objeto ou nova técnica.

Ao definir que a cultura individual depende da cultura grupal e que a grupal depende da sociedade, Eliot (1988) afirma que a expressão tem associações diferentes desde que tenha em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo, de uma classe ou de toda uma sociedade. No entanto, segundo o autor, a cultura da sociedade não é determinante nem na cultura grupal nem individual, pois o indivíduo age em um espaço próprio por ser dotado de consciência e de razão e capacidade para refletir sobre sua realidade e sobre si mesmo e atuar sobre ambos.

Geertz (1989) propõe um conceito de cultura com visão semiológica, ou seja, apropriando-se dos conceitos de Weber, a considera uma teia de significados construída pelos homens e ao longo do tempo reproduzida nas interações sociais refletindo os comportamentos sociais, ou seja, as diferentes visões de mundo, o *ethos*, os sistemas morais e os significados construídos e partilhados socialmente de forma individual ou grupal.

Sobre esse assunto, Migueles (2003, p. 25) complementa o pensamento de Geertz ao afirmar que:

Geertz propõe a ideia de que uma cultura é, fundamentalmente, uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais a ação humana é produzida, percebida e interpretada - ou seja, o estudo da cultura é uma busca por estruturas de significação, determinando, ao mesmo tempo, sua base social e sua importância. Eu creio que esse seja um bom ponto de partida para desatar este nó: ou seja, cultura não é sinônimo de sentimentos, valores ou crenças partilhados, mas antes formas compartilhadas de perceber a realidade em termos das quais esses valores e crenças individuais podem ser compreendidos.

Propõe Laraia (2006), diferentes determinismos para conceituar a palavra:

- a) determinismo biológico - de acordo com essa visão, o comportamento individual depende de um processo denominado endoculturação, na qual a educação diferenciada é fundamental para que os comportamentos individuais demonstrem as diferenças culturais, já que as diferenças genéticas não são as determinantes. Exemplifica uma criança sueca que ao se colocar sob os cuidados de uma família sertaneja, ela crescerá e em nada se diferenciará de seu irmão de criação.
- b) determinismo geográfico - a partir de 1920, autores como Boas, Kroeber e Wissler refutaram a ideia até então preconizada de que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Os autores demonstraram que é possível existir uma grande diversidade cultural em um mesmo ambiente físico-geográfico. Deixaram claro que na posição da moderna antropologia a cultura age de forma seletiva.

A cultura segundo Coli (2002, p. 54) pode ser vista sobre três níveis de realidade e análise que são simultaneamente complementares, interdependentes e interativos, pois sofrem influências e modificações:

O primeiro nível refere-se aos valores e crenças que conscientes ou inconscientemente são fundamentados em cada cultura e desenvolvendo formas de ver, encarar e se situar no mundo. O segundo nível refere-se às instituições formais ou menos formais concretizadoras dos valores e crenças que desenvolvem essas práticas concretas. O terceiro nível focaliza as práticas concretas e cotidianas existentes nos âmbitos políticos, econômicos, territoriais, religiosos, educacionais e que representam os elementos visíveis dessa cultura

Compreender a cultura em seus aspectos diferenciados segundo a visão institucional da UNESCO (2003) é percebê-la inicialmente em seu campo cotidiano aproximando-se da visão antropológica; em seu campo comunicativo, pode ser observada nos circuitos artísticos, culturais, nos museus; em seu campo de manifestação artística concreta seja na chamada cultura popular ou tradicional, das belas artes.

1.4 CULTURA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA À LUZ DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL

Uma visão contemporânea de cultura é papel do Estado e deve garantir uma política cultural que tenha como objetivo maior o desenvolvimento humano e social e que vislumbre como meta maior não só a promoção e ampliação do acesso da população “aos quatro estágios do sistema de produção cultural - produção, distribuição, troca e uso (ou consumo), mas também contribuir para o ganho cultural da sociedade” (COELHO, 2004, p. 174).

Ao tratar sobre o modo do entendimento da cultura, Coelho (2004, p. 293) assinala que:

Tanto pelo governo quanto pelos agentes culturais e a sociedade em geral, constitui-se em um eixo essencial na formulação de uma política cultural. Como a discussão sobre política cultural tem como ponto de partida a concepção de cultura e de sua importância, considero pertinente, ao discutir o tema, resgatar o conceito de cultura, certamente sem esgotá-lo.

Nessa perspectiva surgem algumas questões relacionadas ao projeto Luzes do Cerrado: Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste, se ele contribui para o desenvolvimento humano e social, se o projeto promove a integração social das pessoas das diversas da cidade que vão visitá-lo, quais são os ganhos (culturais, sociais, econômicos) para a cidade e quais são os reais beneficiários do evento.

É nessa perspectiva que se constata a importância do evento Luzes do Cerrado em São Gabriel, uma vez que o mesmo vem fortalecendo o espírito de participação da população, valorizando a cultura regional e gastronomia local e utilizando os talentos de seus artistas na fabricação de artesanato criativos que lembram a fauna e a flora do cerrado sul-mato-grossense.

O evento potencializa a cada ano o município como referência turística, pois vem atraindo maior quantidade de visitantes, fato constatado pela rede hoteleira em ascensão, pelos restaurantes e comércio em geral. É por isso que este evento vem contribuindo para o desenvolvimento humano e social, pois traz consigo os ingredientes necessários e desencadeadores do desenvolvimento.

Nesse contexto, o direito cultural envolve um conjunto de direitos que devem estar concatenados e garantidos pela política de cultura promovida pelo

poder público, de acordo com a ótica de Chauí (1995), e eles são fundamentais para que a partir da cidadania cultural, as políticas públicas possam ser plenas e compreendidas como um direito do cidadão, pois há:

O direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura; o direito à criação cultural, entendendo a cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento'; o direito a reconhecer-se como sujeito cultural; o direito à participação nas decisões públicas sobre cultura.

Uma definição de cultura sob a ótica de *kits* culturais correspondentes a um talento humano foi a visão de Brym *et al.* (2006, p. 34) destacando os seguintes elementos:

1. Abstração - capacidade de apreensão e transmissão de conhecimento inerente somente no ser humano e conseguida por meio de símbolos significativos e linguagens que permitem não só a classificação das experiências como também a generalização a partir delas.
2. Criação de uma vida social complexa por meio de normas, maneiras de ser aceitas pelos grupos sociais.
3. Produção - Segundo o autor, trata-se de uma atividade unicamente humana no uso de ferramentas e técnicas conhecidas como cultura material na realização de tarefas visando à melhoria das habilidades em extrair o que se deseja da natureza.

Ao denominar a cultura como o domínio de símbolos capazes da apreender e relacionar as coisas, Ortiz (2007, p. 74) afirma que:

Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes. Os universos simbólicos 'nomeiam' as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo. Esta dimensão está presente na concepção que os antropólogos têm das sociedades indígenas, assim como entre os sociólogos quando falam da 'alta' cultura. Minha afirmação, a cultura é constitutiva da sociedade (ou se preferirem, não há sociedade sem cultura), tem um objetivo: marcar uma dimensão às vezes esquecida do debate intelectual. Ela caracteriza um registro de compreensão muito diferente da ideia de 'política cultural'.

Considerando a cultura hoje como um dos segmentos mais importantes para o desenvolvimento social e para o crescimento econômico sustentável, Knopp (2008) sustenta a ideia que o debate sobre o desenvolvimento tem levado à compreensão da cultura como componente da qualidade de vida. Como tal, tem sido

vista como um conceito de produto, um mercado em expansão além de ser vista como um instrumento de melhoria das condições sociais de uma comunidade.

Nesse contexto, Knopp assinala que a cultura é percebida como um agente transformador da vida e da realidade social, um meio de emancipação do homem. Sendo assim, para o autor (2008, p. 65), a cultura assume diferentes papéis vistos em sua simultaneidade:

É tanto produto, servindo a uma lógica mercadológica, quanto a manifestação de um povo, mantendo seu caráter de expressão de uma dada realidade histórico-social. Constitui-se tanto num fim em si mesmo quanto em um meio para promover o desenvolvimento de uma sociedade. É importante, portanto, reconhecer o grande alcance da função instrumental.

Para Botelho (2001) é fundamental que se distinga a dimensão antropológica e sociológica da cultura para que se possa definir uma política pública cultural, pois as diferentes abordagens implicam estratégia e investimento governamental diferentes.

A cultura sob o ponto de vista antropológico insere-se no plano cotidiano, na produção simbólica e material do ser humano por meio de suas interações sociais. Sob a visão sociológica, deve ser tratada como as expressões artísticas de um modo geral, como os processos de produção, circulação, experimentação/fruição, consumo, formação e informação realizados ou estimulados por canais institucionais - sistemas organizados socialmente.

Comunga com as ideias de Botelho (2001), no ponto de vista das políticas públicas, Saravia (2001, p. 67), pois para o autor, “há necessidade de se delimitar operacionalmente o conceito de cultura. Isto se faz arbitrariamente, em cada país, em função da área de competência das autoridades culturais, gasto público cultural”.

Principalmente do ponto de vista econômico, as atividades culturais vêm, cada vez mais, ganhando importância no Brasil, e segundo Beling (2005, p. 87), “gerando renda e empregos direta ou indiretamente, conquistando espaço nas ações do governo e no apoio da iniciativa privada”. Apóia-se a autora em Weffort (1998, p. 445) ao assinalar que de acordo com um exame dos dados do PIB da cultura e uma reflexão sobre as tendências macroeconômicas da sociedade da informação “surpreenderão com certeza aqueles que ainda consideram a cultura como uma

espécie de ornamento de luxo, especialmente num país em luta contra enormes problemas sociais e dificuldades econômicas”.

Já Beling (2005), reforça, no entanto, que uma política cultural deveria empenhar-se na discussão e no desenvolvimento de ações que buscassem compreender a cultura em sua complexidade e diversidade. A política cultural deve ter como função básica:

A busca de melhores condições de sobrevivência aos produtores e consumidores de obras artísticas, Ou seja, visar o desenvolvimento de atividades como, por exemplo, a geração de oportunidades de criação, pesquisa e de intercâmbio, de difusão das artes nos âmbitos nacional e internacional, e de circulação da informação. Para tal, é indispensável o comprometimento de várias instâncias do poder público e da iniciativa privada, através da integração de órgãos de cultura em nível internacional, nacional, estadual e municipal (BELING, 2005, p. 85).

A visão acima explicitada é um dos motivos que chamou atenção para a elaboração da presente dissertação, pois se percebe claramente a preocupação com o aspecto cultural, constatados nas artesãs e seus auxiliares, oportunizadas e incentivadas pelo poder público local.

1.5 LUZES DO CERRADO - UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL SOB A ÓTICA DA SOLIDARIEDADE

As propostas de desenvolvimento local têm se fundamentado em aglomerações de empreendimentos, em sua maioria, pequenas, de origem local, e baseadas em redes locais de cooperação, acordo e competição, possuem uma “liga” formada por instituições, costumes, convenções e identidade local.

É importante, preliminarmente, demonstrar as diferentes visões do desenvolvimento local que para Gallicchio (2006), coexistem como desenvolvimento local como participação; como municipalismo; como desenvolvimento econômico local; como organização territorial; como forma de análise social.

Dentre as visões acima citadas, esse pesquisador volta-se à importância do desenvolvimento como participação, Com relação a essa visão, Alencar (1990) associa a palavra, a outra de suma importância: envolvimento, ou seja, os membros de um grupo precisam se envolver tanto na identificação dos problemas e suas

causas como também na tomada de decisões, planejamento e execução de ações que possam dirimir os problemas identificados. Por outro lado, “participar não significa assumir um poder, mas participar dele, o que desde logo exclui qualquer alteração radical na estrutura de poder” (MOTTA, 2003, p. 22).

Outro aspecto interessante como participação está nas afirmações de Cordioli (2001) para quem o desenvolvimento de um processo participativo é interativo, interdisciplinar e multissetorial a fim de facilitar o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade e não ser somente um instrumento para solução de problemas. Para este autor, o participante ao tomar parte no processo pode e deve emitir opinião, concordar ou discordar.

Os processos de desenvolvimento territorial de acordo com Poletto (2008) mostram que a identidade territorial e a sinergia social não devem ser entendidas como fenômenos que simplesmente existem devido a uma determinada conjunção de fatores geográficos, mas como fenômenos construídos histórica e geograficamente.

Nesse prisma, Barquero (2001) afirma que o território passa a ser um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) formadores de seu potencial de desenvolvimento.

Esse potencial segundo Anderson (1995) aponta para a importância de que um bom governo precisa unir equidade e eficiência, justiça social e estabilidade monetária. É sabido que, as problemáticas sociais como a falta de assistencialismo, fome, desemprego e os baixos salários, são decorrentes de uma deficitária administração pública e de ações viciadas, resultantes de um Estado onipresente.

Assim como aponta Teixeira (2002), uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação, o que contraria o neoliberalismo, afinal, para os seus defensores o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com uma reduzida participação do Estado. Deve existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas devem compensar o agravamento dos desequilíbrios e passam a apresentar um caráter ainda mais seletivo e não universalizante. Nesse contexto, as políticas redistributivas não são toleradas porque atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social.

Segundo Coraggio (2006, p. 24), os componentes necessários ao desenvolvimento local integral são:

- 1) componentes econômicos (trabalho produtivo, ingresso, satisfação das necessidades legítimas);
- 2) componentes sociais (integração em condições de crescente igualdade, efetiva igualdade de oportunidades, justiça social);
- 3) componentes culturais (auto-estima, pertencimento e identidade histórica, valores de solidariedade e tolerância);
- 4) componentes políticos (transparência, legitimidade das representações, participação direta responsável e informada dos cidadãos nas grandes decisões coletivas e na gestão da coisa pública).

Uma das propostas defendidas por diversos autores é o oferecimento de oportunidades e criação de mecanismos para que os indivíduos possam tornar-se protagonistas como verdadeiros sujeitos do desenvolvimento. Ao afirmar que o desenvolvimento consiste na eliminação de privações que limitam as escolhas e as oportunidades de as pessoas poderem exercer sua autonomia, Sem (2000, p. 26) deixa claro que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros”.

Santos e Callou (1995) afirmam a necessidade de um esforço de mobilização de pequenos grupos seja no município, na comunidade, no bairro ou mesmo na rua com o objetivo de buscar a resolução de problemas relativos às questões econômicas, de democratizações das decisões ou mesmo a promoção de justiça social como perspectivas de desenvolvimento local.

Nesse contexto, de acordo com Fontes, Veloso e Diogo (2002), as políticas formuladas procuram, ao mesmo tempo, incluir a formação de uma força de trabalho local flexível com um bom nível de capacitação, fator essencial, decisivo e competitivo assim como a capacidade de inovação contínua.

Segundo esses autores, a concepção de desenvolvimento envolve tanto o processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas como também é o ponto de partida para a discussão da dinâmica do desenvolvimento. Dessa forma, o ponto de partida tanto pode ser a cidade, o bairro, a vila, o município, a beira do rio ou qualquer região, mas que não vise apenas o crescimento econômico e sim respeite o progresso social e humano.

O desenvolvimento integrado para os autores acima mencionados, significa articulação de atores que interagem em um mesmo local, de fatores

influenciadores no processo de desenvolvimento (econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos) além da busca de equilíbrio dinâmico nas relações que possibilitem aflorar as forças unificadoras que levem à integração e à competição.

De acordo com Tenório (2006), a expansão do desenvolvimento local tem acontecido a partir do redesenho das políticas públicas que se voltam cada vez mais na transferência de responsabilidades a nível federal para os governos estaduais e municipais, sendo que essa descentralização abre cada vez mais espaços para o município junto à população na criação de projetos de desenvolvimento local.

O pensamento do autor acima citado deixa claro aquilo que se deve levar em consideração nos projetos de desenvolvimento local, ou seja, a cidadania deliberativa na qual a sociedade civil é incluída nas discussões e decisões, na avaliação e controle das atividades ligadas ao processo.

Esse pensamento para o processo de desenvolvimento local tendo como ponto de partida o município já era comungado por Santos (1996), pois para o autor o paradigma das velhas identidades nacionais cede lugar à organização popular na comunidade, buscando garantir o empoderamento das populações, no sentido de torná-las protagonistas do seu desenvolvimento.

Embasa o núcleo conceitual de desenvolvimento local, Ávila *et al.* (2000, p. 68), quando destacam que o desenvolvimento local:

Consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas em seus 'status quo' de vida das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' - portanto com interesses comuns e situados em espaços territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a "metabolização" comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Segundo o autor acima citado, as características do Desenvolvimento Local, que proporcionam sua auto-sustentabilidade é em primeiro lugar o seu caráter endógeno em dupla acepção, ou seja, de fora para dentro que corresponde ao

aproveitamento de capacidades, competências e habilidades de se desenvolver, com auto-estima e autoconfiança, em âmbito comunitário e individual.

De dentro para fora compreende a colocação das capacidades, competências, habilidades de se desenvolver, consequente auto-estima e auto-confiança aproveitáveis, como equilibradores de seus relacionamentos e interações externos. Em seguida, é importante considerar o desenvolvimento local como democratizante e democratizador e ao mesmo tempo, integrante e integrador.

Por ser o desenvolvimento local um processo há uma dinâmica metodológica que deve ser respeitada por todos os atores envolvidos na sua implementação, cabe aos agentes externos um apoio logístico, na condição de autênticos pedagogos de formação e encaminhamento comunitário, devendo, para tanto, seguir algumas pistas e não receituários de como devem se comportar.

O agente de desenvolvimento local deve ter a exata compreensão de que o DL é um processo no qual ele será parte integrante e integrador, devendo, na condição de formadores estarem devidamente preparados e se inspirarem nas mais diversas propostas pedagógicas, desde a maiêutica socrática até as mais recentes propostas pedagógicas.

Os atores sociais presentes em um determinado território podem desenvolver graus variados de engajamento e comprometimento entre si e com atores externos. O grau de engajamento e comprometimento enseja o aparecimento da confiança e reciprocidade que pressupõe uma relação resultante de maior interação e dotada de uma certa dose de identidade compartilhada. (VALE, 2007, p. 74).

Embora não possam deixar de se basear no rumo tomado pelo desenvolvimento nacional (influência exógena), de acordo com Kleinmayer (2009), os municípios passam a ter o poder de ditar as diretrizes do seu próprio desenvolvimento, o qual deve respeitar o contexto vivenciado por todos eles, caracterizando assim uma força endógena de desenvolvimento local.

A autonomia alcançada pelos municípios com relação ao poder da União favorece também a existência de uma outra descentralização. Essa, agora, dentro do próprio município, dando forma assim ao desenvolvimento local participativo, onde se torna cada vez mais essencial a participação de toda a sociedade local no estabelecimento dos parâmetros de desenvolvimento (KLEINMAYER, 2009, p. 3).

Em vista do acima exposto, a sustentabilidade passa a ter visibilidade, pois se baseia em duas formas de solidariedades: com a geração à qual se pertence e com as futuras gerações apresenta-se como a força motriz do desenvolvimento integrado. A solidariedade do desenvolvimento deve integrar todas as formas possíveis, política, social, econômica, espacial, cultural e ambiental.

1.6 UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

A construção de uma sociedade sustentável torna-se cada vez mais um grande desafio de todas as instâncias governamentais e repousa segundo Cruz (2002), na obtenção do desenvolvimento sustentável ancorado sobre a lógica da interface entre três importantes processos: crescimento econômico, com equidade social e equilíbrio ecológico.

O mercado de trabalho seletivo e exclusivo faz com que um número considerável de pessoas procure cada vez mais empregos socialmente excluídos. Reside nessa instância, o desafio de se gerar empregos que ao mesmo tempo representem práticas sustentáveis e que ampliem as possibilidades da participação da população em processos decisórios fazendo crescer a responsabilidade na consciência ambiental.

De acordo com Rattner (1999), com relação à construção de uma sociedade sustentável, existem valores vitais como cooperação, compaixão e solidariedade que são indispensáveis para a sobrevivência e qualidade de vida humana; já com relação ao empenho humano, a participação consciente e ativa nas decisões sobre sua própria vida, nesse contexto, o espírito coletivo dá o significado necessário. Porém, segundo o autor, mesmo quando se fala em uma participação consciente e ativa, reforça-se a democracia e participação que “diretamente proporcionam direitos e oportunidades equitativas para acesso à informação, trabalho, serviços básicos sociais e culturais, mas não são garantias suficientes para a sustentabilidade” (RATTNER, 1999, p. 2).

A sustentabilidade para que possa ser efetivada, depende de um conjunto de iniciativas entre os interlocutores e participantes sociais que visem a práticas sociais educativas reforçadas por sentimentos de co-responsabilidade, de valores éticos, voltadas a uma política de desenvolvimento sustentável.

Caracterizam-se as dimensões da sustentabilidade apontadas por Sachs (1993), por:

- 1) Sustentabilidade social: processo de desenvolvimento baseado no ser sustentado pela maior equidade no ter, ou seja, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, diminuindo a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e dos mais pobres.
- 2) Sustentabilidade econômica: redução dos custos sociais e ambientais possibilitando uma eficiente macro-social.
- 3) Sustentabilidade ambiental: aumento da capacidade de uso dos recursos naturais por meio da utilização de recursos renováveis e da limitação do uso de recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais;
- 4) Sustentabilidade espacial: está voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada;
- 5) Sustentabilidade cultural: respeito à continuidade das tradições culturais e até mesmo a pluralidade das soluções particulares.

A questão é descobrir a quem caberia a tarefa de fomentar políticas públicas voltadas às práticas sociais visando à sustentabilidade. De acordo com Jacobi (1999, p. 6), cabe ao poder local a tarefa de fomentar políticas que “estimulem a participação dos indivíduos dentro de uma perspectiva intersetorial reforçando diálogos que estimulem uma compreensão dos processos a partir dos seus componentes, sociais, econômicos, ecológicos, espaciais e culturais”.

Experiências de poder local, bem-sucedidas, principalmente por parte de administrações municipais, mostram que a participação representa um processo continuado de democratização da vida municipal, e que segundo Jacobi (1999, p. 4) visam:

- 1) promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo;
- 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações;
- 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos e na gestão dos serviços municipais.

Com relação à sustentabilidade ambiental, dentre as práticas sociais educativas é interessante enfatizar o papel das propostas pedagógicas de educação ambiental centradas na conscientização, na mudança de comportamento, no desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos (REIGOTA, 1998). Estas são complementadas por Pádua e Tabanez (1998) que vêem nelas o aumento de conhecimentos, mudança de valores e

aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

O desafio é segundo Jacobi (2003), o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social.

Com relação à sustentabilidade cultural, dentre as atividades produtivas, uma política cultural para o desenvolvimento de acordo com Ortiz (2007, p. 46):

Isola determinados aspectos, privilegia alguns pontos, e atua numa direção específica. Ela pode assim propor, numa pequena comunidade, a valorização das tarefas femininas ou o incentivo de mecanismos que contribuiriam para uma melhor exploração do turismo. Um traço característico de qualquer proposta cultural é a obtenção de resultados e a possibilidade de se avaliar o que foi realizado.

Em vista do acima exposto, pode-se afirmar que a cultura exerce um papel importante para o desenvolvimento por não se restringir à dimensão econômica e ser capaz de construir ou reconstruir identidades, elevar a auto-estima individual e coletiva, adicionar valor ao patrimônio existencial humano (KNOPP, 2008).

Nas propostas que emanam das políticas culturais referentes aos municípios é fundamental perceber que a solidariedade é condição do grupo e resulta de comunhão de atitudes e de sentimentos de modo a constituir o grupo em apreço, unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores,

Santos (1978, p. 277), reforça que a solidariedade “aperfeiçoa a vida social” e pode ser natural ou espontânea, pois decorre da própria natureza humana e voluntária, quando há o dever moral na ajuda mútua. Entretanto, para que se alcance o desenvolvimento sustentável é necessário haver segundo Santos (2003) a participação dos agentes sociais em conjunto (governo, setor privado/empresas, sociedade civil organizada e a população), para que este seja equitativo e atenda às necessidades coletivas, comuns a toda a população, de acordo com suas necessidades

Pensando-se nessa perspectiva, consegue-se entender o papel das artesãs, das escolas envolvidas no processo de coleta, da comunidade em geral, na

realização do evento Luzes do Cerrado: Natal Iluminado em São Gabriel do Oeste ao longo dos últimos três anos.

De acordo com o projeto inicial, criado como forma de potencialização do município, com referência turística à realização de festividades natalinas, e à estimulação da preservação ambiental, o evento é constitutivo de práticas sociais ao relacionar a sociedade à qualidade de vida, equilíbrio sócio-ambiental e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Giddens (1994, p. 418), o trabalho é “a realização de tarefas que envolvem esforço físico e mental, com o fim de produzir bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas”. Complementam esse pensamento, França e Laville (2004, p. 162), quando afirmam que “amplos setores da nossa sociedade sempre encontram seus meios de sustento material através do desenvolvimento de atividades produtivas como forma de prolongamento de práticas de solidariedade familiares e/ou comunitárias”.

Ao potencializar o município como referencia turística, com a estimulação e apoio ao crescimento interno, ao envolver a população e os municípios do norte do estado, na oportunização de alternativas de geração de renda, ao incentivar a transformação dos recicláveis e garrafas PET e outros materiais em artesanato, o evento Luzes do Cerrado: Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste cria estratégias de interação da comunidade e firma-se como uma iniciativa exemplar de sustentabilidade, valorizando a consciência cidadã e a solidariedade.

1.7 COMUNIDADE: RELEVÂNCIA DE SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A participação da comunidade, quando se refere ao Desenvolvimento Local, reúne as características desse conceito, que é entendido como o fortalecimento das capacidades, competências e habilidades de uma coletividade, de interesses comuns, e identificada em um mesmo território, envolvendo, por meio de processos de solidariedade, agentes internos e externos, para agenciar, gerenciar e usufruir das potencialidades locais, visando solucionar seus problemas, suprir suas necessidades e alcançar suas aspirações (ÁVILA, 2001).

Esse conceito atribui, portanto, à comunidade em destaque o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento.

Percebe-se, claramente, pelas teorias de Desenvolvimento Local, que o papel da comunidade local, em um processo de desenvolvimento local no viés do turismo, da cultura, da gastronomia, do artesanato e de outras potencialidades, difere de outros que têm como fundamento outro tipo de desenvolvimento.

Nesse caso, a comunidade passa a ser o agente do próprio desenvolvimento, que pelas suas capacidades, competências, habilidades, mediante ativa colaboração de agentes externos, deve incrementar um ou mais de seus aspectos potencializadores em seu meio para se tornar gradativamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento desses potenciais. Para a consecução desse objetivo, ela deve estar não só envolvida como também comprometida com o desenvolvimento.

Baptista (1978) considera que as práticas humanas no interior de uma determinada comunidade vão além da ideia de simples coletividade tornando-se, inclusive, instrumento de análise do homem.

Constitui-se, portanto, comunidade pelas relações presentes em um determinado espaço físico ou não. Assim, para Guareschi (2002), o que determina a sua classificação como tal, são as relações entre as pessoas em seus deveres e direitos, garantindo a todos a vez e a voz, para que cada indivíduo seja respeitado em sua singularidade ainda que a diferença seja ponto positivo de reafirmação da identidade, tornando-se um fator de desenvolvimento.

Afirma, ainda, que a diferença e a singularidade de cada indivíduo, constitui-se como um caráter identitário, é a alteridade que a comunidade precisa ter para garantir o seu desenvolvimento sem tropeços.

Complementa Guareschi (2002), que deve haver democracia para se estabelecer o caráter comunitário e para que isso ocorra, há necessidade de participação. Para Le Bourgelat (2000), o próprio termo “comunidade” significa “estar em comunhão” (coesão do grupo no mundo material e espiritual). A ampliação da intimidade pela proximidade passa a ser uma forma do grupo controlar o ambiente de vida.

Consoante Ávila (2001), é possível entender uma comunidade pelo nível e qualidade dos relacionamentos que esta possui entre seus membros. Estes

relacionamentos garantem a união, coesão e cooperação em torno de uma identidade comum.

A força desses relacionamentos é responsável pelo desabrochar dos sentimentos das pessoas em relação ao espaço ocupado, gerando, em consequência a identificação das mesmas com o local. É nesse sentido que para Tuan (1980, p. 23), a comunidade se faz da emoção do espaço, e a ideia de lugar e comunidade cria um elo afetivo entre as pessoas e o seu ambiente físico.

Nessa mesma linha, Dolfuss (1991) entende que para compreendermos uma sociedade, será necessário não só conhecer os espaços frequentados pelos seus diferentes membros, mas descobrir os motivos dessa frequência assim como a noção que esses membros têm de sua organização.

A separação do espaço pelo uso do território é aquilo que Damatta (2000, p. 15) denomina de “[...] domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens emolduradas e inesperadas”.

Conforme Le Bourlegat (2006), além dessa relação comunal com o ambiente físico existe os relacionamentos humanos que criam uma identidade coletiva e uma identidade pessoal. A comunidade vem carregada de simbolismos construídos ao longo do tempo pela relação espacial entre os indivíduos e o uso do território.

Para Tönnies (1973), as relações comunitárias são relações nas quais prevalece a confiança e a intimidade, fazendo com que cada um se sinta próximo do outro como um organismo vivo, sendo essa a verdadeira essência da comunidade.

É nesse contexto que se compreende que o conceito de comunidade não é apenas uma construção (modelo), é uma “construção sociológica”. É um conjunto de interações, comportamentos humanos com significado e expectativas entre seus membros. Não se trata apenas de uma ação isolada, mas de um conjunto de ações que têm como base a partilha de expectativas, valores, crenças e significados entre os indivíduos. É nessa linha o conceito social de comunidade que para Ander-Egg (*apud* NUNES VIVEIROS, 2008, p. 65) é:

Una comunidad es una agrupación o conjunto de personas que habitan un espacio geográfico delimitado y delimitable, cuyos miembros tienen conciencia de pertenencia o de identificación con algún símbolo local y que interaccionan entre si más intensamente que en otro contexto, operando en redes de comunicación, intereses

y apoyo mutuo, con el propósito de alcanzar determinados objetivos, satisfacer necesidades, resolver problemas o desempeñar funciones sociales relevantes a nivel local.

Dessa forma, ao se cogitar de desenvolvimento local há que se refletir sobre o desenvolvimento comunitário, ou seja, o desenvolvimento da comunidade.

A história do município de São Gabriel do Oeste revela a importância do engajamento da comunidade para o seu próprio desenvolvimento, constatada na obra de Santos (2010), “São Gabriel do Oeste 30 anos - A prova que o esforço e o trabalho transformam uma região”.

A criação do município de São Gabriel feita por meio de uma consulta plebiscitária, em 04 de maio de 1980, teve a participação maciça da população, fato que veio demonstrar a persistência, o esforço, o sentimento de pertença da comunidade para nela realizar seus desejos e sonhos.

O projeto Luzes do Cerrado, além de fortalecer os vínculos comunitários entre os atores sociais, promove ambientes propícios para as políticas de solidariedade, sentimento de pertença, entendimento do sentido de interdependência e complementaridade.

A partir desses fatores, como assinala Putnam (1996), é que surge o capital social como valorização da sociedade, das relações sociais, da cooperação e da confiança, visando a melhores condições de vida da população e criando a capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, passando a ser uma variável importante para o desenvolvimento econômico.

É por meio dessa consciência que se pode verificar que os indivíduos não agem independentemente, e que alguns de seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e nem sempre estritamente egoístas.

Consoante esses entendimentos é que se pode compreender que o desenvolvimento comunitário é um desafio permanente, um lugar de construção da cidadania e constante fonte da democracia participativa.

Para Nunes Viveiros (2008), a comunidade é o nervo central para a sustentabilidade de alternativas de desenvolvimento dos territórios, capaz de gerar sinergias criativas localizadas no envolvimento das populações. Segundo esse autor alguns princípios operativos do Desenvolvimento Local ou comunitário apresentam correspondência no documento das Nações Unidas de 1956, Desenvolvimento de

Comunidade e serviços conexos, tratando-se de um conjunto de serviços técnicos a desenvolver com programas de desenvolvimento da comunidade.

Compreendendo esses serviços e programas, entre outros, de desenvolvimento de iniciativas de educação para a saúde, para a capacidade produtiva e bem estar da comunidade; outras direcionadas para a economia doméstica, tratando-se de um modo de educação informal das famílias rurais são alguns desses serviços e iniciativas. Há, portanto, um consenso entre os teóricos e práticos de desenvolvimento local que se refere à realidade social, sendo assim, devem ser encontradas soluções participativas, integradoras e valorizadoras das gentes e dos recursos comunitários.

Essas características, ou seja, a participação, integração e valorização das pessoas estão presentes no ideário do município de São Gabriel que busca por meio da união do poder público com as instituições particulares, a realização de eventos que valorizem não só os pequenos produtores, como também a cultura, o artesanato, o turismo, responsáveis diretamente pelo fortalecimento do comércio, do agronegócio e da rede hoteleira, sendo, também, geradora de empregos para a população local.

1.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A década de 1980 caracterizou-se pela introdução de novas ideias à respeito de desenvolvimento, como o chamado desenvolvimento local e com ele outras formas de intervenção e participação social. Esta nova visão veio relativizar a então autonomia do econômico, para valorizar o social e as pessoas, buscando dar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, as pessoas e comunidades locais passam a ser o espaço prioritário para o surgimento e a sedimentação da importância de desenvolvimento local obrigando a uma mudança de paradigmas em relação a desenvolvimento, pois, além de outros elementos indispensáveis, encarrega-se e preocupa-se com o meio ambiente, em primeiro lugar como sustentabilidade e, posteriormente, como recurso. É nesse sentido que Amaro (1993) indica os elementos necessários para se pronunciar sobre desenvolvimento local:

1. Um processo de transformação, mudança que recusa a conservação.

2. A centralidade está numa comunidade, isto é, o ponto de partida de referência é a própria comunidade local.
3. O local enquanto resultado de uma construção de identidades - um conjunto de interesses que se identifica e assume onde são mobilizáveis ações de solidariedade concretas.
4. O local é algo que se constrói com o projeto, sendo assim, parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder a partir das capacidades locais, mas também recorrendo a recursos exógenos, como forma de fertilização mútua, onde estes e aqueles aprendem mutuamente.
5. Assunção em uma lógica integrada, onde a intervenção não se restringe a problemas focalizados (por exemplo, desemprego, saúde, idosos, etc.), mas sim ao conjunto de problemáticas que se interligam e influenciam.
6. A focalização volta-se ao trabalho em parceria, a partir de definição de ações conjuntas, a cooperação, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais.
7. O impacto por toda a comunidade, isto é, exerce um efeito de exemplificação para toda a comunidade e atua segundo uma diversidade de caminhos.
8. O desenvolvimento local tem uma diversidade enorme de caminhos, protagonismos e respostas. Último elemento é entender o DL como um cruzamento de uma reflexão teórica com testemunhos.

Para Ávila (2001), o desenvolvimento local deve ser entendido como geração e fortalecimento das capacidades, competências e habilidades de uma coletividade de interesses comuns e identidades em um mesmo território, envolvendo, por meio de processos de solidariedade, agentes internos e externos, para agenciar, gerenciar e usufruir as potencialidades locais, visando solucionar seus problemas, suprir suas necessidades e alcançar suas aspirações.

“O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local” (MILANI; CUNHA, 2005), implicando em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras, neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. É como acentua

Sachs (2001) que o desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações.

Pode-se, portanto, depreender que o processo de dinamização da realidade local deve ser caracterizado como uma forma de auto-revelação e desabrochamento das potencialidades dos agentes que integram e formam a comunidade, por meio do desenvolvimento das capacidades locais, impulsionadas ou em parcerias com elementos exógenos.

De conformidade com Martins (1998, p. 5):

A ideia de desenvolvimento local é entendida como um processo de consciência da população e de mobilização social, que propõe promover, através de ações concretas, soluções aos problemas e necessidades enfrentadas pelos habitantes de determinada localidade. Para isso, enfatiza-se a efetiva participação das comunidades nas decisões sobre as ações a serem promovidas na sua região.

É dessa forma que desenvolvimento local significa a consciência que a comunidade ou uma localidade deve adotar a fim de se mobilizar, por meio da participação ativa e por ações concretas, visando a solução de seus problemas e preenchendo suas necessidades locais.

Coraggio (2006) por sua vez, afirma que os componentes necessários ao desenvolvimento local integral são os componentes econômicos (trabalho produtivo, ingresso, satisfação das necessidades legítimas), os componentes sociais (integração em condições de crescente igualdade, efetiva igualdade de oportunidades, justiça social), os componentes culturais (auto-estima, pertencimento e identidade histórica, valores de solidariedade e tolerância e, finalmente os componentes políticos (transparência, legitimidade das representações, participação direta responsável e informada dos cidadãos nas grandes decisões coletivas e na gestão da coisa pública).

De acordo com Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local pode ser conceituado como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

Para ser consistente e sustentável, deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. De nada adiantará todo esse

processo se, finaliza o autor, não for assegurada a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local.

Para que ocorra esse empreendimento endógeno, há necessidade de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da sociedade (BUARQUE, 2002). É nesse mesmo sentido que Marques e Martins (2003, p. 109) afirmam:

O desenvolvimento local propõe que um processo efetivo de desenvolvimento pode surgir de forma sustentável, contínua e endógena, por meio da participação ativa, cooperada e solidária dos vários agentes de uma comunidade. Nesse contexto, entende-se que desenvolvimento significa um processo contínuo de melhorias para uma comunidade, não somente nos aspectos econômicos de geração de emprego e renda, como também sociais (diminuição de desigualdades, melhoria na saúde, educação, cultura e demais indicadores sociais). Isto é, desenvolvimento significa melhoria nas condições de vida de uma comunidade.

As ações convergentes e complementares que materializam o desenvolvimento local tornam-se um instrumento capaz de romper a dependência, a inércia do subdesenvolvimento, do atraso em localidades periféricas e promover uma mudança social no território.

É nesse prisma que Ávila (2006, p. 57), explica o porquê do desenvolvimento local, afirma o autor que a capital importância da questão se baseia em que o significado conceitual e real pode ser encarado pelo menos sob as seguintes óticas relacionais:

A da relação do mundo desenvolvido com suas próprias periferias, carências e pobreza interna e socioeconomicamente desequilibradas. A atual relação de dependência e subjugo do mundo subdesenvolvido ao mundo desenvolvido. A da relação do mundo subdesenvolvido com suas próprias chances de efetiva e emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper as amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento), a partir de comunidades-localidades concretas e bem definidas.

Percebe-se, portanto, entre os teóricos que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas, principalmente, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio

ambiente. Esses fatores não são estanques, pelo contrário, estão inter-relacionados e são interdependentes. No aspecto econômico, o desenvolvimento local implica, conseqüentemente, em aumento de renda e riqueza, além, principalmente, trazer condições dignas de trabalho.

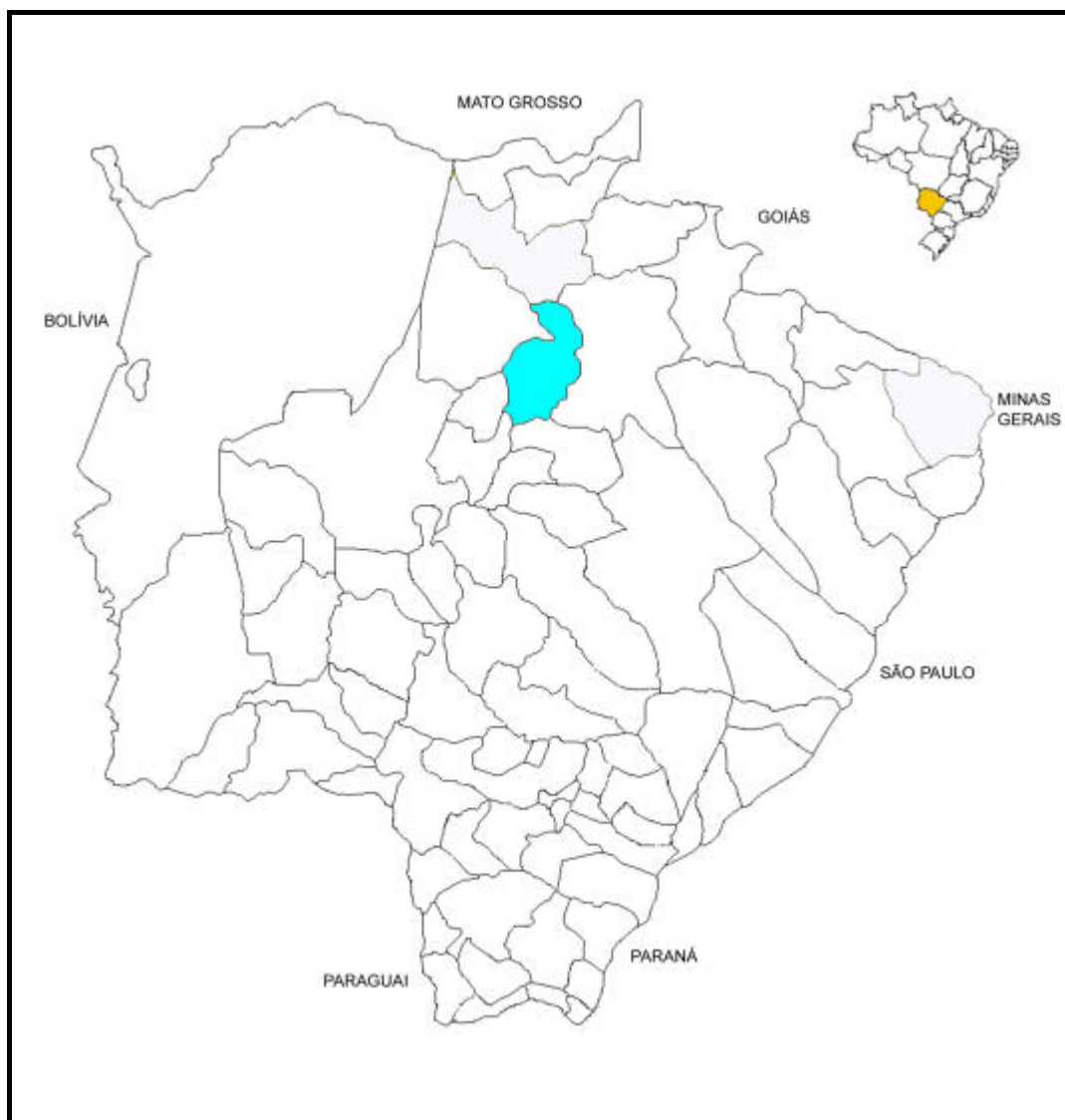
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROJETO LUZES DO CERRADO: NATAL ILUMINADO EM SÃO GABRIEL DO OESTE

Aborda-se nesse tópico, o contexto histórico do município assim como o espírito empreendedor e colaborador dos pioneiros responsáveis pela criação do município. Com relação ao projeto, são abordadas as perspectivas econômicas, culturais e sociais iminentes, demonstrando a capacidade de interrelação e interdependência do poder público com a iniciativa privada em prol do Desenvolvimento Local.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

De acordo com informações fornecidas pela Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste (FUNGAB), o município de São Gabriel do Oeste localiza-se ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma área de 3.855 km quadrados, pertencendo à microrregião do Alto do Taquari. Compõem o município o perímetro urbano, o Assentamento Campanário e os Distritos do Areado e da Ponte Vermelha. Sua população conforme Censo IBGE de 2010 é de 22.164 habitantes, sendo o terceiro menor município da região em extensão, possuindo a terceira maior população absoluta e a segunda maior densidade demográfica (ver figura 1).

Figura 1 - Localização do município de São Gabriel do Oeste.



Fonte: Adaptado pro Janete Miranda de Mello (2011).

Conforme Santos (2010, p. 12-13), a ocupação do território onde se situa São Gabriel do Oeste está relacionada com a Bandeira de Pascoal Moreira Cabral, que teria na primeira década de 1700, descoberto minas de ouro em Cuiabá. Essas minas de ouro de Cuiabá ganharam mais importância face à criação da Capitania de Mato Grosso, que veio consolidar a posse portuguesa na região.

O surgimento das monções criou todo um sistema de abastecimento de recursos para a sobrevivência, sendo, elas oriundas de São Paulo para Cuiabá, incrementando gradativamente a ocupação portuguesa em todo o interior ligando São Paulo a Mato Grosso. Prossegue Santos (2010) em sua narrativa, que os

conflitos entre os conquistadores, portugueses e espanhóis se acentuaram, principalmente na região onde se situam os municípios de São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Camapuã e Coxim. Em 1723, a Coroa Portuguesa instalou um povoado em Camapuã, cuja missão era dar suporte às bandeiras monçoeiras que, partindo de Porto Feliz se destinavam a Cuiabá.

Sobre esse assunto, pondera Holanda (1945, p. 66) em sua importante obra *Monções* quando afirma que:

A história das monções do Cuiabá é de certa forma um prolongamento das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central. Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba, Itu, trilharam terras hoje matogrossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos.

Gradativamente, os portugueses, conforme registros históricos, foram ampliando o domínio sobre as terras espanholas. O governo da Capitania de Mato Grosso, por ordem da Coroa Portuguesa, construiu na bacia do rio Paraguai o Forte de Coimbra e os presídios em Miranda, Corumbá e Albuquerque. O grande interesse do governo era manter livre a navegação pelo rio Paraguai por ser o melhor acesso a Cuiabá (DANTAS; TEIXEIRA, 1989).

De acordo com Bittar (2009, p. 53), a “fisionomia do sul de Mato Grosso foi bastante modificada após a guerra da Tríplice Aliança” que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, de 1865 a 1870. Para Correa (1995, p. 43), essa guerra “resultou em profundas mudanças, foi um divisor de águas no processo de ocupação de terras na faixa de fronteiras”.

Após a proclamação da Independência e formação dos países da América do Sul, muitas questões de limites foram geradoras de conflitos, alguns terminavam em acertos outras até mesmo em guerra, como foi a mais séria e destruidora a da Tríplice Aliança que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, de 1865 a 1870. Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, o governo Imperial buscou a implantação da política de ocupação do território, a fim de garantir a posse das terras conquistadas (DANTAS; TEIXEIRA, 1989).

Essa política produziu resultados, pois a existência de muitas áreas devolutas e outras potencialidades, com destaque para a criação de gado, estimulou a migração de grande número de famílias provenientes das decadentes regiões

mineradoras de Goiás e Minas Gerais. O mesmo ocorreu com numerosas famílias do Estado de São Paulo, também vindo com o desejo de se tornarem fazendeiros. (DANTAS; TEIXEIRA, 1989).

Com essa expectativa que a região, do hoje município de São Gabriel do Oeste, foi ocupada, em 1883, pela família de Bernardino Ferreira da Cunha que, vindo da cidade de Sacramento, Minas Gerais, aí chegou juntamente com seus pais e uma comitiva com três carros de boi, adquirindo a primeira fazenda denominada Bioso, com cerca de 5.000 hectares (Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste-FUNGAB)

Em seguida, da mesma cidade mineira aportaram outras famílias, que gradativamente ocuparam vastas áreas e tornaram-se realmente os fazendeiros da região, gerando com o passar dos tempos uma numerosa e profícua população (SANTOS, 2010).

À época, a região integrava o município de Coxim e em 1948, parte desse território foi desmembrado surgindo o município de Camapuã, que continha os distritos de Ponte Vermelha e Areado. A ocupação das terras limitou-se às furnas-regiões mais acidentadas e providas de água- pois os chapadões do planalto não eram propícios às atividades agro-pastoris.

O Distrito de Ponte Vermelha foi criado pela Lei Estadual de nº 680, de 11 de setembro de 1953 e o Distrito do Areado pela Lei Estadual de nº 2073, de 14 de dezembro de 1963. Juntamente com o Assentamento Campanário, os Distritos de Ponte Vermelha e do Areado e o perímetro urbano compõem o município de São Gabriel do Oeste. Apesar desses esforços e conquistas, Mato Grosso como estado do centro-oeste brasileiro não experimentava significativas preocupação do governo central, principalmente, no decorrer das primeiras sete décadas do século XX. (SANTOS, 2010).

Com efeito, somente a partir da década de 1970, a região despertou para uma nova era de desenvolvimento. Vislumbrou-se a possibilidade de utilizar a área do cerrado para a agricultura. O governo federal, na época o governo militar, projetando investimentos maciços em grandes obras públicas, lançou o 1º. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), destacando-se como de fundamental importância para esta região a Hidrelétrica de Itaipu e a Rodovia BR-163, destinada a atravessar o Estado de Mato Grosso a partir de Mundo Novo, no Sul, até o Norte, na cidade de Santarém no Pará (SANTOS, 2010).

De acordo com a Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste (FUNGAB), a partir do ano de 1971, a região começou a ser pesquisada para a cultura de café, tomando um vulto maior com o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), em 1972, o qual continha uma vasta programação de medidas destinadas a promover e integrar a economia do Centro-Oeste. Esse fato estimulou uma verdadeira corrida de migrações sulistas em busca de novas oportunidades.

O motor dessas migrações, sem sombra de dúvida, era a busca de terras mais baratas e com topografia própria para mecanização da lavoura, aproveitando, ainda, o estímulo dado pela nova fase que passava o país, no que tange a abertura de planos de financiamento de máquinas e incentivos fiscais para a correção do solo e adubação no plantio de culturas, a fim de se obter uma melhoria de produtividade (SANTOS, 2010).

Uma das principais iniciativas desenvolvimentistas foi a ação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) que buscando a localização de novas regiões produtoras encontrou-a a 140 quilômetros de Campo Grande, às margens da antiga rodovia no sentido Cuiabá, no Distrito de Ponte Vermelha. Dessa forma foi que o IBC sediou em Campo Grande, uma unidade gestora do “Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais” (SANTOS, 2010).

O IBC e o Banco do Brasil introduziram no referido plano de renovação e revigoração dos cafezais, uma política de facilidades e recursos de grande monta, despertando o interesse de grande número de ex-produtores do Norte do Paraná e de São Paulo (SANTOS, 2010).

Para a Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste (FUNGAB), ao tomar conhecimento dos planos do Instituto Brasileiro do Café, o empresário Gabriel Abraão - natural de Campo Grande-MS, ora MT, filho de imigrantes turcos radicados há sete décadas em Campo Grande, investiu maciçamente na aquisição de terras, chegando a adquirir mais de 47.000 hectares em áreas já tituladas e uma quantidade significativa em excessos.

De acordo com a FUNGAB, paranaenses, interessados em adquirir lotes para a produção de café, contactaram o empresário campo-grandense. No ano de 1973, fixaram-se na região, dirigentes da empresa madeireira Maffissoni e Sorgatto S/A, do município de Renascença (PR), tendo esse grupo criado a sede de uma nova fazenda, localizada às margens do córrego Capão Redondo. Iniciava-se,

assim, uma nova etapa do desenvolvimento da região, com a chegada de Balduino Mafissoni e de tantas outras pessoas do sudoeste paranaense, oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A cafeicultura, entretanto, não prosperou na região, o ano de 1975, apesar de ser o registro da primeira colheita nos cafezais mais antigos, registrou, também, a mais intensa geada do Estado que destruiu toda a produção dos cafezais. Houve um plano de reconstituição dos cafezais que, no entanto, restou frustrado, passando a se pensar, em transformar as lavouras em pastagens, com preferência para a **braquiária**, na esperança de seu aproveitamento para a criação de gado. Essa expectativa resultou, também, em fracasso.

Pela Lei Estadual de 30 de setembro de 1976 o povoado de São Gabriel foi elevado à categoria de Distrito do Município de Camapuã, sendo desmembrado do Distrito de Ponte Vermelha. Na busca de uma nova alternativa econômica, surgiram, a partir de 1977, os primeiros experimentos em soja, iniciando-se um novo ciclo de desenvolvimento. Registrou-se, então, a partir daquele período, uma grande migração de pessoas oriundas de várias regiões sulistas a fim de buscarem e enfrentarem o novo desafio da soja, determinando um aumento considerável da população e proporcionando um espaço atrativo para a abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Não aceitando mais a dependência à Camapuã, os moradores iniciaram movimento visando à criação de um município. Os estudos para a delimitação do município foram feitos em 1980, com apoio dos deputados Ary Rigo e Londres Machado, que procederam ao encaminhamento à Justiça Eleitoral para a realização de um consulta plebiscitária e no dia 4 de maio de 1980, realizou-se o plebiscito pela Comissão de Emancipação.

Assim, no dia 12 de maio de 1980, por ato do então governador Marcelo Soares Miranda, foi assinada a Lei Estadual n. 74, criando-se o município de São Gabriel do Oeste (ver figuras 2 e 3).

Figura 2 - Vista aérea do município de São Gabriel do Oeste na década de 1980.



Fonte: Santos (2010, p. 79).

Figura 3 - Vista parcial do município de São Gabriel do Oeste na década de 1980.



Fonte: Santos (2010, p. 79).

Por meio de um ato do Governo Federal, as eleições previstas para 15 de novembro de 1980 foram antecipadas, a fim de a cidade poder ser administrada por um prefeito. No entanto, havia um impasse, uma vez que àquela época não se poderia escolher o prefeito por meios eletivos. Dessa forma, após diversas reuniões, o governo estadual criou o cargo de administrador municipal, permitindo que o município fosse definitivamente instalado no dia 17 de junho de 1981. Para esse

cargo de administrador foi empossado o líder da fundação da cidade, Balduino Maffissoni.

De conformidade com dados estatísticos, hoje, São Gabriel do Oeste (ver figura 4) se coloca em grande posição na economia estadual, tendo grande destaque na produção de grãos como soja, milho e sorgo e na criação de suínos, cuja cadeia de produção é responsável por 40% da movimentação econômica local. Preocupados em diversificar a economia, alguns segmentos estão se reunindo a fim de motivar os pequenos empreendedores locais a se desenvolver gerando, dessa forma, uma maior circulação e aumento de renda.

Figura 4 - Máquinas em ação na colheita da soja



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=67> (2011).

Conforme Santos (2010, p. 152), nas últimas décadas, “muitas mãos resultaram no que hoje é um município exemplar, com pessoas unidas por um mesmo objetivo”. Conclui o mesmo autor, afirmando que o trabalho não cessou, ainda há muito a fazer, mas a característica principal das pessoas que vivem aqui é o esforço e o empenho para fazer de São Gabriel do Oeste um município sempre melhor. Cada vez mais organizada em associações, sindicatos, conselhos e parcerias público-privadas, a sociedade local tem muito a realizar, conquistar e comemorar.

2.2 LUZES DO CERRADO NO CONTEXTO DA TERRITORIALIDADE URBANA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Para que os membros de uma sociedade sintam-se estimulados a participar de um determinado projeto, é necessário que haja um nível mínimo de identificação cultural entre os participantes. Os membros de uma determinada comunidade segundo Demo (1993), sentem-se integrados, enquanto grupo, devido a traços característicos, tais como: valores, modo de ser, de interagir, dentre outros. A ausência dessas características poderá comprometer o desenvolvimento participativo de uma comunidade.

Em São Gabriel do Oeste desde a sua fundação na década de 1980, é marcante em sua configuração histórica, a presença dos traços culturais da região sul do Brasil em razão da migração ocorrida para a cidade então nascente. Essa forte influencia cultural gaucha é presente na cidade, por meio das rodas de mate e das festas no Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula. No entanto, a nova geração é marcada pela diversidade, pois a cultura sul-mato-grossense é visível nos hábitos ligados à paixão pelo tereré (mate gelado) e a tradição gastronômica italiana e alemã. Além dos aspectos culturais, São Gabriel do Oeste é considerado o maior produtor de soja do estado de Mato Grosso do Sul, e sua base econômica volta-se também para as plantações de milho e sorgo (ver figura 5).

Figura 5 - Colheita do sorgo.



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=67> (2011).

Conforme dados do censo do IBGE (2010), o município de São Gabriel do Oeste também se coloca como o maior produtor de suínos e avestruzes do estado, possuindo cerca de 105 mil leitões e 5 mil cabeças de avestruz. Em razão disso, já é tradicional na cidade de São Gabriel do Oeste, a realização da festa gastronômica do Leitão no Rolete, já em sua 15ª edição sendo que a cidade recebe no período de três dias do evento mais de 15 mil visitantes, de acordo com o *site* do governo do Estado de Mato Grosso do Sul (SÃO GABRIEL DO OESTE, 2011).

Figura 6 - Festa do leitão no rolete (A)



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=67> (2011).

Realizada no Centro de Tradição Gaucha (CTG) e Clube do Laço, o evento proporciona não só diversão aos visitantes como oportunidades de realização de grandes negócios. Durante o evento são assados cerca de 200 leitões para atender a demanda não só da população local como também dos visitantes que anualmente se fazem presente na festa, atraídos não só pela gastronomia como também pela agenda artística e apresentações do clube do laço (ver figura 7).

Figura 7 - Festa do leitão no rolete (B)



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=67> (2011).

2.3 LUZES DO CERRADO E SEUS ASPECTOS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Criado em 2007, pela Fundação Cultural (FUNGAB) e a Secretaria de Educação Municipal, o evento Luzes do Cerrado: Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste MS, conta desde seu início, com parcerias efetivas de associações, igrejas, escolas, enfim de uma parcela importante da comunidade, como uma proposta de potencialização turística, valorização da cultura regional, da gastronomia e do artesanato local, na realização das festas natalinas. Representa hoje não só a materialização da potencialidade local, bem como a demonstração da integração comunitária atendendo à sustentabilidade cultural, turística e econômica da região. (Fundação de Cultura de São Gabriel do Oeste)

É importante considerar, que tal evento, ao longo do período preparatório que se estende do mês de junho a novembro, tem gradativamente, incentivado a participação comunitária na elaboração de objetos natalinos (árvores, estrelas, velas) animais da fauna e flora do cerrado e flores, utilizando como matéria prima o aproveitamento de garrafas PET e outros materiais recicláveis. São exemplos, portanto, não só de proteção e sustentabilidade ambiental como também de valorização da educação, cultura regional e potencialização turística.

Apesar de ser relativamente jovem, cerca de 30 anos de fundação, o município de São Gabriel do Oeste tem demonstrado a possibilidade de se tornar um pólo de diversidade cultural, não só pelas influências de seus habitantes, a maioria de procedência do sul do Brasil, como também pela preocupação em valorizar a cultura regional, a fauna e a flora sul-mato-grossenses.

A questão ambiental e educacional é observada na ação efetiva que acontece anualmente junto às escolas do município, por meio de campanhas educativas de coleta do material a ser reciclado, premiando-se as escolas de melhor desempenho na coleta.

O município tem um significativo potencial de riquezas naturais (rios, cachoeiras), culturais relativas ao artesanato e cultura local, gastronômicas e de agronegócios, responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da região.

É importante evidenciar-se que ao longo das edições do Natal Luz dos Cerrados, ou seja, desde 2007 até 2010, o evento tem trazido ao município de São Gabriel novos resultados cada vez mais satisfatórios relacionados à cultura, ao turismo, à economia da região e principalmente à educação sustentável (ver figura 8).

Figura 8 - Público presente nos *shows* - Evento Natal Iluminado.



Alguns aspectos então precisam ser retomados desde a 1ª edição em 2007 até a última ocorrida em 2010, no período de novembro a janeiro de 2011 a partir das observações in loco do pesquisador e são relativos aos:

1. Aspectos culturais e esportivos: apresentação de artistas de renomes nacionais, shows musicais, festival gastronômico, atividades esportivas, exposição de artes plásticas, exposição histórico-fotográfica, apresentação de corais locais, regionais e nacionais, grupos de danças e de peças teatrais (ver figuras 9 e 10).

Figura 9 - Apresentação de coral - Evento Natal Iluminado



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=111> (2011).

Figura 10 - Apresentação de violeiros.- Evento Natal Iluminado



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=111> (2011).

2. Aspectos religiosos - o espírito ecumênico se manifesta nos: Auto de Natal da Igreja Batista, na seresta de natal da Igreja Católica e no 1º Festival de Música Gospel do município (ver figuras 11 e 12).

Figura 11 - Representação nascimento de Jesus - Evento Natal Iluminado



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=25> (2011).

Figura 12 - Matriz de São Gabriel do Oeste - Evento Natal Iluminado



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=25> (2011).

3. Aspectos educacionais e sociais de desenvolvimento sustentável - a decoração exposta em toda a cidade de São Gabriel do Oeste é elaborada a partir de esculturas feitas com garrafas pet, que apresentam em sua maioria, animais da fauna pantaneira (tuiuiús, garças, jacarés) enfeitados com diversas lâmpadas. Este trabalho artesanal é realizado é produzido, durante o ano todo que antecede os eventos acontecidos desde 2007, por artesãs selecionadas entre famílias de baixa renda e que são beneficiadas com programas federais (ver figuras 13, 14 e 15).

Figura 13 - Trabalho artesanal- Evento Natal Iluminado (A).



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=25> (2011)

Figura 14 - Trabalho artesanal- Evento Natal Iluminado (B)



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/> (2011).

Figura 15 - Trabalho artesanal- Evento Natal Iluminado (C)



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/> (2011).

O recolhimento e reaproveitamento das garrafas Pets, na elaboração das peças artesanais para o evento, representam cerca de 600 mil garrafas plásticas a menos jogadas na natureza em quatro anos e transformadas em enfeites natalinos que encantam milhares de moradores e turistas.

Com relação aos aspectos educacionais, é importante ressaltar a participação dos alunos e professores das escolas municipais, estaduais e particulares do município além de entidades filantrópicas nas campanhas que visam a arrecadação de garrafas pet. Essa campanha promovida pela Prefeitura Municipal, objetiva não só a arrecadação da matéria prima para a oficina de natal como também a conscientização dos alunos sobre a importância da reciclagem.

Como um estímulo à participação efetiva de cada escola, ocorre a premiação da escola que atingir a cota proporcional de 12 garrafas por aluno existente na escola.

A 5ª edição do projeto será vista este ano (2011) na terceira Mostra de Soluções Sustentáveis, organizada pela Prefeitura de Campo Grande. Para a presidente da Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste, Maria Irene Reginatto

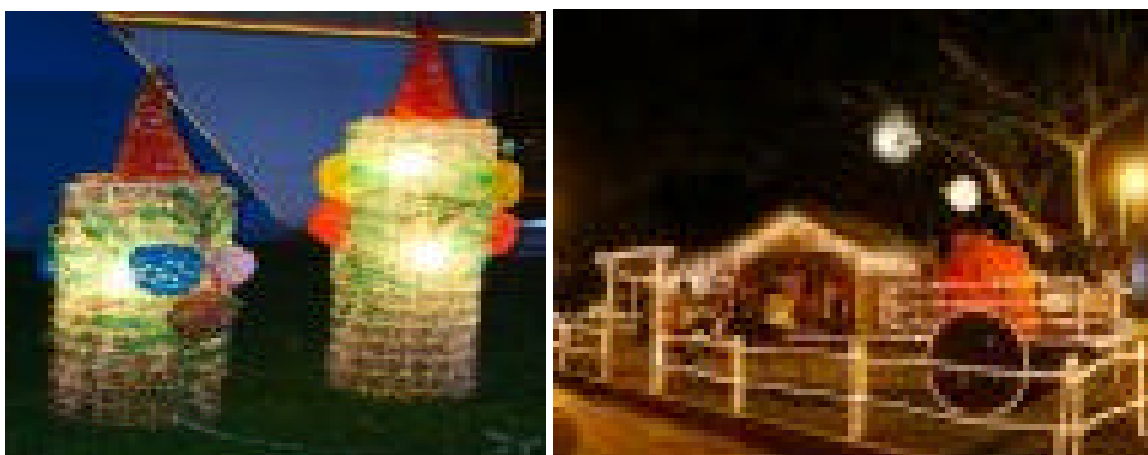
Eibel, o projeto Luzes do Cerrado além de incentivar aos que não adotaram os princípios de sustentabilidade, é “um exemplo vivo de que é possível transformar o “lixo” em obras de arte, pois se alia à reciclagem a atividades culturais, e procura mostrar ações que buscam a melhoria da qualidade ambiental” (EIBEL, 2011). Verifica-se essa afirmação nas figuras 16, 17 e 18 a seguir.

Figura 16 - Imagens da cidade no Evento Natal Iluminado (A)



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=63> (2011).

Figura 17 - Imagens da cidade no Evento Natal Iluminado (B)



Fonte: <http://www.saogabriel.ms.gov.br/galeria/view/?idg=63> (2011).

Em sua 4ª edição (2010), o projeto Natal Luzes do Cerrado contou com um atrativo ainda maior - uma árvore de mais de 9 metros feita totalmente com garrafas transparentes, que ganhou graça e beleza com a iluminação arroxeadada (ver figura 18). Contou também com atividades tradicionais como auto de natal, *shows*, com variadas atividades culturais como oficinas de fotografia, artesanato, peças teatrais, apresentação de corais de outras cidades vizinhas de São Gabriel, objetivando-se o envolvimento de toda a comunidade e visitantes.

Figura 18 - Imagens da cidade no Evento Natal Iluminado (C)



Fonte: http://www.correiodoestado.com.br/noticias/natal-de-luz-e-de-consciencia-ambiental_90301 (2011)

4. Aspectos de ressocialização social - um dos aspectos sociais mais importantes do projeto é o trabalho artesanal de reeducandas do Estabelecimento Penal de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência às Albergadas de São Gabriel do Oeste. Ao lado das artesãs já citadas anteriormente, onze reeducandas trabalharam em 2009, na confecção das peças produzidas em garrafas pet. Esta iniciativa é fruto de um convênio estabelecido entre Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) e a Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, conforme palavras da presidente da Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste, Maria Irene Reginatto Eibe.

Figura 21 - Cartaz do Evento - 2010



O aquecimento da economia local é outro fator positivo para a cidade nesse período, favorecendo o comércio local: confecção, calçados, restaurantes, hotéis, artesanato locais; nesse contexto, a questão de desenvolvimento sustentável surge como “uma ideia força integradora para qualificar a necessidade de pensar uma outra forma de desenvolvimento”, exige então um “equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva, ou seja, relação entre as capacidades e as limitações existentes” (JACOBI, 1999, p. 8).

3 PERCEPÇÕES DOS ATORES NO EVENTO LUZES DO CERRADO - NATAL ILUMINADO - O OLHAR DA SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Luzes do Cerrado - o Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste tem surgido como forma de potencializar o município, em referência turística à realização das festividades natalinas, com valorização da cultura regional, da gastronomia local, da participação comunitária, do artesanato e na decoração criativa de luzes e enfeites que mostram a fauna e a flora do cerrado.

A festa já tradicional na cidade, tem o propósito de retomar a natividade e o verdadeiro espírito de natal, promovendo a união das famílias. É nesse contexto que o poder da simbologia materializada nas festas assume uma importância vital como elemento agregador da vida comunitária, ou como afirma Vanier (1982, p. 274) que a festa é o “símbolo daquilo que a humanidade aspira: uma experiência de comunhão, ou ainda, que a festa exprime e torna presente, de modo palpável, a finalidade da comunidade”.

Esse já era o pensamento da palavra festa para Durkheim, que em seu livro “As formas elementares da vida religiosa”, afirmava que toda festa tem características religiosas, pois aproxima as pessoas causando um estado de efervescência pelas manifestações apresentadas pelos participantes. Para Durkheim (1989, p. 456):

Toda festa mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si mesmo, distraído de suas ocupações e de suas preocupações ordinárias. Assim, de ambas as partes, observam-se as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que restaurem o nível vital etc.

Portanto, Durkheim (1989) assegura que as principais características de todo tipo de festas são: a superação das distâncias entre os indivíduos; a produção de estado de efervescência coletiva e a transgressão das normas coletivas.

Quando se está em grupo, afirma Durkheim (1989) que o sujeito desaparece e passa a ser dominado pelo todo, pelo coletivo. Os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais. Contudo, os laços sociais ora construídos correm o risco de se desfazerem. É necessário então reavivar esses laços para que a consciência coletiva reanime-se, por conseguinte, as festas seriam, então, a força para a não dissolução social.

Sobre o poder simbólico Bourdieu (1989) partindo da análise de Durkheim procura mostrar que o poder simbólico manifesta-se por meio de sistemas simbólicos que, por sua vez, são estruturas estruturantes com a arte, a religião e a língua. Dessa forma, numa primeira síntese, Bourdieu (1989, p. 9) afirma que “os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação, constituem um poder estruturante porque são estruturados”.

Os símbolos encadeados pelos sistemas simbólicos têm como função preponderante a integração social. É sobre essa mesma ótica, que numa segunda síntese, Bourdieu (1989, p. 11), assinala que “os sistemas simbólicos cumprem uma função política, emergindo como um poder capaz de impor significações e as impõe como legítimas, contribuindo, dessa forma, com a dominação vigente”.

Percebe-se que Durkheim (1989, p. 452) em sua obra clássica sobre a vida religiosa, discute a importância do elemento recreativo e estético na religião, mostrando a “inter-relação entre cerimônia religiosa e a ideia de festa, pela aproximação entre os indivíduos, pelo estado de efervescência coletiva que proporciona”.

Dessa maneira, ao participar de uma festa, como protagonista ou não, as motivações, os valores e os interesses, sejam eles individuais ou coletivos, podem estar ligados a diversos fatores, como pensa Rosa *et al.* (2002, p. 19):

Classificar ou regulamentar as motivações, os valores e os interesses da prática festiva, no entanto, não é o mais importante. A relevância aqui denota a pluralidade desses elementos, suas interfaces, bem como a inter-relação desses com a vida cotidiana de uma população e de um local. Ao manifestar-se como tempo e espaço de vivência do lazer, a festa desvela, dentre outros aspectos essenciais, a interdependência lazer e trabalho, mostrando que as diversas facetas da vida humana não estão separadas.

Em Luzes do Cerrado, esta interdependência gera diferentes formas de significação, tanto para as artistas artesãs como para os demais envolvidos no sucesso do empreendimento.

Para as artesãs, por exemplo, o trabalho desenvolvido durante meses na produção artesanal dos enfeites, além de proporcionar melhoria de renda e auto-estima, há o prazer na sua produção e o trabalho se torna um momento de confraternização.

Para o município e todos os demais envolvidos no processo, a sua significação é de extrema relevância, pois representa a materialização dos objetivos a que ele se propõe, ou seja:

- 1- a valorização da cultura regional,
- 2- da gastronomia local,
- 3- da participação comunitária,
- 4- da decoração criativa com muitas luzes,
- 5- dos traços do artesanato e, sobretudo,
- 6- da noção de sustentabilidade que implica necessariamente na inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e desenvolvimento com capacidade de suporte.

3.1 LUZES DO CERRADO: METODOLOGIA EMPREGADA

O presente trabalho que teve como suporte o evento Luzes do Cerrado - O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste- MS mostra as potencialidades de Desenvolvimento Local proporcionadas pelo evento, destacando-o como instrumento fomentador da cultura local e regional, do turismo, do artesanato, da geração de renda e de emprego, da participação comunitária e sentimento de pertença.

A metodologia empregada foi uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, pois de conformidade com Cavalcanti (1995), o método de pesquisa qualitativa propõe que o investigador veja o mundo por meio dos olhos dos atores que o interagem e dos significados que estes atribuem às situações às quais agem.

No aspecto quantitativo, a coleta de dados foi significativa, pois o questionário foi respondido por 81 pessoas e as entrevistas por 12 pessoas.

Os questionários e entrevistas, embaixadores da pesquisa, inseridos na dissertação, destacam a realidade vivenciada pelas pessoas no contexto do evento (ver modelo nos apêndices A e B).

Dessa forma, por meio das perguntas formuladas no questionário abaixo e colocadas em gráficos em nível de escolaridade (Gráfico 1) e de suas principais percepções (gráfico 2) pode-se fazer a interpretação da importância e do significado que o evento está proporcionando para o município.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade

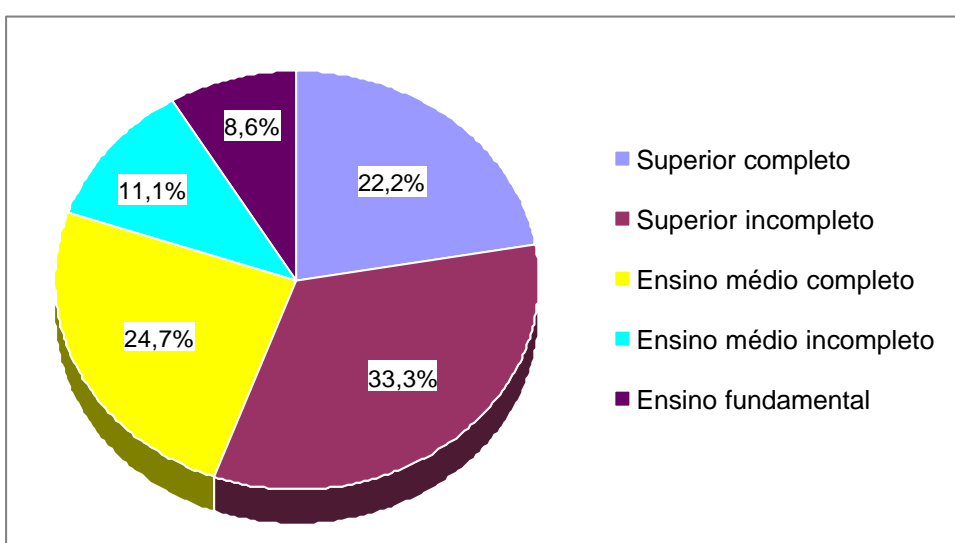
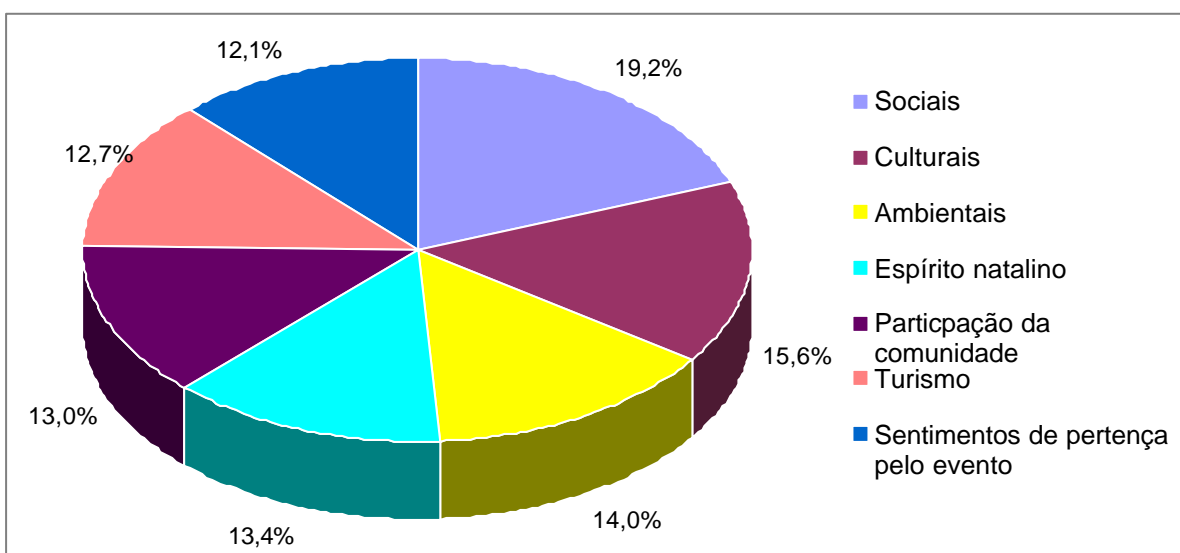


Gráfico 2 - Percepções diversas em relação ao evento



Como se observa pelo gráfico 1, o nível de escolaridade mostra um elevado índice de formação educacional, dando, portanto, ao questionário uma dose de segurança em relação aos aspectos levantados, principalmente para relacioná-los com o desenvolvimento local. Assim, a partir dos dados quantitativos, foi feita a análise que permitiu extrair as várias percepções sentidas pelas pessoas em relação ao evento.

Dessa forma, com relação às percepções sociais é uma constante entre os questionados, que o evento gera empregos, traz aumento de renda para a cidade, induz uma participação de grande parte de todos os segmentos da sociedade no tocante ao recolhimento e fornecimento das garrafas plásticas.

O evento é considerado uma grande atração turística para o município, oferecendo, ainda, durante a sua realização lazer e diversão ao mesmo tempo em que promove a cidade e a autoestima da população, principalmente dos atores diretamente envolvidos no projeto como as artesãs, os artistas e os colaboradores.

As percepções culturais são as que marcam decisivamente a importância do evento, pois a maioria entende que o mesmo já é uma tradição na cidade. Durante o evento ocorre a apresentação de danças típicas da região, de músicas regionais, dos corais, além da promoção de *shows* com artistas locais e nacionais, gincanas culturais e feiras de artesanato. Ressalta-se, no entanto, que o espírito de união das pessoas para a realização e sucesso do evento está se tornando cada vez mais referência de oportunidades e valorização da cultura local, regional e pantaneira, buscando a divulgação do município e valorizando as etnias locais.

Há entre todos, uma clara concepção da importância da reciclagem das garrafas de plásticos como instrumento eficaz na diminuição de impactos ambientais, bem como a conscientização de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

Outra característica das percepções colhidas referentes à educação ambiental se faz presente no estímulo às escolas para o recolhimento das garrafas, ensinando que sua reutilização contribui com o meio ambiente de forma sustentável, além de contribuir para a limpeza da cidade.

O evento Luzes do Cerrado - O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste tem como mote principal a natividade e o verdadeiro espírito natalino, a fim de incentivar a união das famílias. Percebe-se, pela análise das respostas ao questionário que o espírito natalino está incorporado nas pessoas de forma

inequívoca, tanto na participação das diversas igrejas demonstrando o seu sentido ecumênico, como na representação do nascimento de Cristo, na apresentação dos corais e na recuperação das tradições natalinas.

O evento está criando nas famílias participantes o espírito de confraternização, solidariedade, união e sentimento de pertença da população e segundo Castilho e Bourlegat (2006) há uma contribuição não só religiosa como no comportamento coletivo nas experiências religiosas.

Um fator de grande importância e devidamente realçado nas respostas do questionário é o envolvimento no evento de vários segmentos da sociedade. Com efeito, as escolas, as associações, as empresas, as residências dos moradores e garrafas nos postos de arrecadação.

Com já evidenciado ao longo dessa dissertação, a Prefeitura, por meio da Fundação Cultural e da Secretaria de Educação, além de auxiliarem na coleta das garrafas, é a estimuladora das artesãs que a partir do mês de junho iniciam seus trabalhos de confecção de árvores, flores, estrelas, velas e animais do cerrado que colocados nas principais vias da cidade, dão o clima natalino para o evento (ver figura 22).

Figura 22 - Artesão na elaboração dos enfeites natalinos



Outra percepção nítida nas pessoas é a importância que se deve dar ao turismo, pois ele representa a grande visualização do evento e uma grande fonte de divisas para o município. Ao longo da realização das festividades, ou seja, durante todo o mês de dezembro, a cidade recebe um número considerável de visitantes que

lotam os hotéis, restaurantes, residências locais, promovendo um aquecimento no comércio em geral.

O evento tem chamado a atenção não só da população local, como também, de moradores de outras regiões do Estado e do Brasil, despertando, inclusive, interesse em participar do projeto.

Percebe-se ao longo da leitura dos questionários respondidos que algumas palavras, como por exemplo: orgulho, emoção, admiração, fortalecem o sentimento de pertença não só relativo à cidade de São Gabriel do Oeste como fica claro esse sentimento na importância da realização do evento.

O fato da população querer transformar o evento em uma tradição como é a festa Leitão no Rolete, realizada há vários anos no mês de julho em São Gabriel do Oeste, é uma prova de que o envolvimento de todos no Desenvolvimento Local de um lugar depende do envolvimento dessa comunidade no aproveitamento dos recursos endógenos.

Para verificar as percepções sentidas pelos atores envolvidos, o pesquisador realizou entrevista com 10 pessoas, selecionadas de acordo com a atuação em diferentes áreas, mas que diretamente ou indiretamente tem relação com o projeto.

Conforme o modelo aplicado nas entrevistas nos anexos dessa dissertação, os entrevistados evidenciaram aspectos econômicos, sociais, culturais, infraestrutura do projeto, mudanças provocadas desde a sua implantação, projeto, os aspectos positivos e negativos relacionados ao projeto assim como as ações prioritárias para o crescimento da atividade turística no município.

Os entrevistados após prévia autorização concedida a este pesquisador, identificaram a existência de ações de economia solidária, dando destaque às cooperativas, aos suinocultores, aos projetos: Arte vida, Agro-bucha, ao Grupo de bolsas Kolping e argila.

Com relação ao aspecto econômico, todos entendem que o projeto Natal Iluminado traz um aumento de arrecadação ao município, sendo que o depoimento do Omene Vera Martins presidente da Associação Empresarial de São Gabriel do Oeste (ACISGA) retrata perfeitamente os demais:

O projeto acontece no final do ano quando o comércio e indústria estão em pleno vapor. Com a cidade luminada e decorada, bem como o comércio da mesma forma, acaba causando mais

empolgação no consumidor e nas pessoas que visitam a cidade, gerando mais consumo, impostos e a cidade cresce com mais qualidade de vida a todos.

Em relação ao aspecto social, ou seja, ensejador de geração de renda e emprego, o depoimento do Secretário Adjunto da Assistência Social, Juciley Pereira Magalhães, reflete a dos demais entrevistados. Com relação ao projeto, considera “positivo, devido ao fato de que gera emprego e renda para as pessoas envolvidas no Projeto e ainda abre oportunidade de emprego no comércio local nos meses de novembro e dezembro”. Quanto à avaliação do aspecto da infra-estrutura afirma que é “positivo, visto que os gestores públicos estão se preocupando cada vez mais com a qualidade e a aparência de nossa cidade”.

Na avaliação do aspecto cultural, o entrevistado deixa claro que o projeto “proporciona momentos de lazer para as famílias, pois traz uma conscientização ambiental, divulga a cidade e dá ênfase à importância do natal”.

Para as artesãs, que preferiram não se nominarem e responderem ao questionário em conjunto, entendem que “as famílias tem a oportunidade de conhecer a fauna e a flora pantaneira ao passearem pelas ruas e avenidas iluminadas, e isto nos enche de orgulho pois nós é que fizemos as peças”, já Juciley Pereira Magalhães entende que “as peças produzidas demonstram a cultura de nossa cidade e estado, bem como as atrações durante o período de execução do projeto”.

Um fator de suma importância que se extrai das entrevistas e que está atrelado à ideia de Desenvolvimento Local, é a conscientização de participação da comunidade no projeto, retratado nos dizeres do professor e diretor escolar Odacir Eiliel ao se manifestar a respeito das mudanças provocadas pelo evento.

Para as artesãs, São Gabriel passou a ter reconhecimento estadual, pelo seu natal, com “o diferencial de utilizar a pet como matéria - prima de seus enfeites”, ao passo que para o Secretário de Educação do Município, Jeferson Luiz Tomazoni, o evento além de “dar um aproveitamento positivo para as garrafas pets, decorar a cidade, propiciar o encontro e a união das famílias, deram melhoria da autoestima da população”.

É notória a grande importância que os entrevistados dão ao projeto, máxime quando se manifestam à respeito dos aspectos positivos motivadores de

oportunidades, principalmente a do Secretário Adjunto da Assistência Social, Juciley Pereira Magalhães que o associa:

A uma geração de trabalho e de renda, uma oportunidade cultural para a população, a organização da cidade, um aumento de renda do município, um compromisso dos gestores públicos com o município e o projeto, valorização da cultura local e do estado e a conservação e preservação do meio ambiente (principalmente).

Em relação a seus aspectos negativos, os entrevistados cingiram-se a se manifestar em relação a uma maior inovação dos enfeites natalinos, mais luzes e enfeites nas rotatórias, mais envolvimento dos empresários e a não existência de recursos para a expansão do projeto a todos os bairros da cidade.

Percebe-se, também, nos entrevistados uma necessidade de promover outras ações que auxiliarão no crescimento da atividade turística do município tais como, uma maior divulgação das festas e dos recursos naturais existentes na cidade, fortalecimento das festas típicas e a implementação do turismo de negócio. Além dessas providências, para o Secretário Municipal de Educação é preciso “uma divulgação turística do evento, uma reestruturação dos pontos turísticos, pessoas preparadas para acompanhamento dos turistas e uma melhoria da rede hoteleira da cidade”.

Mostraram os entrevistados, entendimento de economia solidária, bem como sua importância como instrumento de inclusão social evidenciado nos dizeres de Omene Vera Marins, presidente da Associação Empresarial de São Gabriel do Oeste (ACISGA), ou seja, “valorização do ser humano e não do capital. Tem cooperativa rica e cooperado pobre, é preciso rever esses valores”.

Apontaram ainda os entrevistados, possibilidades de relação entre os grupos de economia solidária com a atividade turística, afirmando a importância da valorização do ser humano como protagonista dessas atividades por meio do ecoturismo, permitindo uma complementação da renda familiar e ao mesmo tempo incentivado o turismo em propriedades rurais.

Essas percepções estão evidenciadas nos depoimentos espontâneos coletados junto a professores e universitários, dando-se destaque aos seguintes quando afirmam que “o projeto é uma maneira inteligente de reutilizar garrafas plásticas, contribuindo para a obtenção de um meio ambiente equilibrado, onde o

objetivo só é alcançado devido à participação mútua da sociedade” (D1) ou quando afirmam que:

O projeto conta com a colaboração de todos os segmentos da sociedade, desde os moradores que fornecem as garrafas, as escolas auxiliam como postos de arrecadação e os voluntários e trabalhadores fazendo o processo seletivo do material, a fabricação de árvores de natal, enfeites e dos animais do cerrado, que a cada ano aumenta e embeleza e ilumina cada vez mais. (D2)

Para outro entrevistado, o projeto Luzes do Cerrado, o Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste, tornou-se:

Referência de oportunização e valorização da cultura local/regional, envolvendo o ente Público e a comunidade local nas confecções dos enfeites natalinos e na participação nos eventos artísticos e gastronômicos que são oferecidos à população na época do evento (D3).

Além da manifestação cultural, para outro entrevistado, pode-se destacar que as “questões econômicas e ambientais que envolvem a festa, a economia do município melhora devido à grande visitação de turistas e o meio ambiente sai ganhando pela reutilização das garrafas pet utilizadas nos enfeite natalinos” (D4).

Ao salientar que o evento praticamente já virou tradição nas festividades de final em São Gabriel, outro entrevistado destaca que:

Luzes do Cerrado traz consigo uma natureza sócio ambiental importantíssima. Incentivando a consciência ambiental, utilizando os materiais recicláveis como matéria prima e a mão de obra das detentas do presídio feminino, como tentativa de reintegração social, embeleza ainda mais a cidade e convida a todos os cidadãos sul matogrossenses a visitar e se maravilhar com a criatividade surpreendente (D5).

Por outro lado, de acordo com mais um entrevistado, “as luzes são uma maneira criativa e inteligente de comemorar o Natal, de forma que passou a gerar empregos, turismo e conscientização de produtos recicláveis” (D6).

Percebe-se, portanto, a partir das entrevistas selecionadas, que há por parte da população um perfeito entrosamento e consciência da importância que Luzes do Cerrado: Natal Iluminado em São Gabriel do Oeste traz para a população tanto no aspecto material quanto no aspecto social e espiritual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação foi dada a importância do evento Luzes do Cerrado: O natal Iluminado de São Gabriel do Oeste, como um produto fomentador do turismo, da valorização da cultura regional, da participação comunitária, do artesanato, capaz de estimular as potencialidades locais para impulsionar o Desenvolvimento Local, em seu aspecto principal que é a endogeneização.

A condução da pesquisa delimitada no espaço de São Gabriel do Oeste, justifica-se em razão da realização do evento ser no período do Natal e por ter provocado no pesquisador a preocupação em demonstrar empiricamente, com base em questionários e depoimentos, a importância e o significado que o evento está proporcionando à cidade e ao incremento das relações que estão potencializando o processo de Desenvolvimento Local.

Os objetivos específicos buscados pelo pesquisador voltaram-se no sentido de avaliar a importância das potencialidades culturais, religiosas e econômicas para desenvolvimento da cidade, bem como identificar as motivações e percepções dos atores envolvidos no evento e sua relação com o desenvolvimento local. Esses objetivos e a construção do sentimento de pertença estão presentes nas entrevistas e questionários aplicados.

Quanto à coleta de dados, a pesquisa dividiu-se em dois momentos importantes: pesquisa de campo com a aplicação de questionário para cerca de 87 pessoas (população em geral, atores envolvidos: artesãos, diretores de escola, funcionários da prefeitura) e revisão bibliográfica a partir de livros, revistas, artigos e dissertações disponíveis em ambiente digital.

Pela análise e interpretação das entrevistas e questionários conclui-se ser de grande importância para o Desenvolvimento Local, a conscientização de valorização e preservação da cultura local e regional, da participação comunitária e da valorização das potencialidades e recursos locais.

Os pressupostos teóricos, delineados no tópico 1, seguiram o suporte de diversos autores, mostrando uma estrutura básica e uma visão multidisciplinar dos conceitos de território, territorialidade, capital humano, capital social, cultura, comunidade, desenvolvimento local e sustentabilidade. Buscou-se com essa proposta de estudo, dar encaminhamento na discussão do tema em questão a partir da compreensão e dos significados das diversas dimensões que configuram o processo de desenvolvimento local. A própria história de São Gabriel do Oeste, resumidamente relatada no tópico 2, é um exemplo do espírito de participação da comunidade cujo sentimento está enraizado em seus moradores.

No último tópico, pela interpretação e análise das entrevistas e questionários, conclui-se que a simbologia do natal é a principal referência do evento, potencializando o município em referência turística, cultural e ambiental, estando, até o presente momento, atingindo seus objetivos.

O desenvolvimento local, portanto, é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel dos fatores para tornar dinâmicas as potencialidades do local e, levando, principalmente, em consideração as necessidades humanas: a solidariedade, a segurança, o afeto, a proteção, o trabalho, a autoestima, a qualidade de vida e a liberdade as quais se sobrepõe as dimensões econômicas.

Os diversos fatores que atuam para uma melhor compreensão do conceito de desenvolvimento local, de uma maneira direta ou indireta, estão presentes no Luzes do Cerrado - O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste, o qual tendo como sua pedra angular a maior festa cristã do planeta está se refletindo não só na dimensão econômica, como, principalmente, nas dimensões sociais, culturais e ambientais.

Apesar de todo o apelo comercial e consumista que o envolve atualmente, o Natal traz em si mesmo uma simbologia que transcende a compreensão do homem, por tudo que significa e representa, como forma de fixar e resgatar os valores de comunhão, de celebração, de integração, de solidariedade e de espírito de paz. É com esse intuito que a Prefeitura de São Gabriel do Oeste, por meio do evento, está conseguindo transformar o Município em referência na realização das festividades natalinas.

Além da importância do significado do sagrado, Luzes do Cerrado está oportunizando aos artistas locais e demais segmentos da sociedade participação

efetiva nos preparativos que o envolve, dando especial relevância e reconhecimento às artesãs, que durante os meses de julho a dezembro, melhorando suas rendas, conseguem dar um pouco mais de conforto às suas famílias.

Destaque deve ser feito, também, a oportunidade que o evento está proporcionando às presidiárias que cooperando nas confecções dos enfeites, aprendem o ofício do artesanato, que certamente lhes abrirá as portas por ocasião de sua reintegração na sociedade.

Outro aspecto relevante do evento Luzes do Cerrado é a questão ecológica, pois se trata de um dos temas mais importantes do século XXI. O desenvolvimento científico e tecnológico deu aos homens, enorme poder de destruição, que atinge a qualidade de vida de milhões de pessoas. Na defesa da sociedade, diante dos males e ameaças de poluição do ar, das águas, do solo, da fauna e da flora, estão sendo elaboradas novas normas em quase todos os campos do direito, constituindo o que se pode chamar o moderno direito ecológico.

Entre essas normas, ocupam lugar destacado aquelas que definem o direito das pessoas a um ambiente sadio.

A Constituição Federal aduz expressamente esse direito nos termos seguintes: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225). Para assegurar a efetividade desse direito das pessoas a Carta Política brasileira impõe ao Poder Público, entre outras, a obrigação de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A educação ambiental e a conscientização da população na preservação de um ambiente ecologicamente sadio estão presentes em São Gabriel do Oeste desde o início da campanha de arrecadação das garrafas Pet. Essa campanha tem como objetivo principal a conscientização da importância da reciclagem e a sua contribuição para tornar o natal mais iluminado. Participam da campanha alunos e professores das escolas municipais, estaduais e particulares, verificando-se, também, uma participação de quase todos os segmentos da sociedade local.

A pesquisa realizada trouxe ao pesquisador a ideia de que Desenvolvimento Local é um processo que requer uma soma de fatores interdependentes, visando despertar a percepção das potencialidades locais como

instrumentos indispensáveis para que as pessoas possam vislumbrar e usufruir de uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. *Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural*. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 1990.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. *Impactos socioculturais em populações indígenas de Rondônia: estudo da Nação Jupaú*. 255 f. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2007.

AMARO, R. As novas oportunidades de desenvolvimento local. In: *A rede para o desenvolvimento local*, n. 8, p. 16-22. Faro: IN LOCO, 1993.

ANDERSON, P. Balanço neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Jakson Alves. As teorias da ação social de Coleman e Bourdieu. *Humanidades e ciências sociais*, v. 2, n. 2000.

ÁVILA, Vicente Fideles de *et al.* *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2001.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: UVA, 2006.

ÁVILA, Vicente Fideles de *et. al.* Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local: Campo Grande (MS), v. 1, n. 1, p. 63-76, 2000.

AYDALOT, P. *Economie Régionale et Urbaine*. Paris: Éditions Economica, 1985.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Desenvolvimento de Comunidade*. Estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global. 2.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 278 p.

BELING, Jussara Janning Xavier. *Políticas culturais*. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_0607/06_beling.pdf>. 2005. Acesso em: 2 jun. 2011.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul - a construção de um estado*. Campo Grande: Ed.UFMS, volume 1 - regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, 2009.

BOTELHO, I. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/estetica/wp-conte>>. 2001. Acesso em: 2 jun. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil S/A 1989.

BRAND, Antonio. MARINHO, Marcelo; LIMA, Vanuza Ribeiro de. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História & Perspectivas**, Uberlândia n. v. 1, n. 36-37, p. 363-388, jan.dez., 2007.

BRYM, Robert J. *et al. Sociologia - sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUARQUE, S. C. *Construindo desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASTILHO, M. A.; LE BOURLEGAT, C. A.; ARAÚJO, J. M. O sagrado da fé católica no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande - MS. In: Maria Augusta de Castilho. (Org.). **O sagrado da fé católica no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande - MS**. Campo Grande: UCDB, 2006.

CAVALCANTI, Clovis. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco, 1995

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, 1995. p. 71-84. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

COELHO, F. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: *Desenvolvimento econômico local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização*. Santiago (Chile): Cepal/GTZ, 2004.

COHARD, J.C.R.; MARTÍNEZ, I.B.; ALONSO, J.G., *Cooperativismo y Desarrollo Local*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 2003. 421p.

COLEMAN, James Samuel. *Foundations of social theory*. Harvard University Press, 1990.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CORAGGIO, José Luis. Las políticas públicas participativas: ¿obstáculo o requisito para el desarrollo local? In: ROFFMAN, Adriana; VILLAR, Alejandro (Orgs.). *Desarrollo Local: una revisión crítica del debate*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006. p. 23-36.

CORDIOLI, S. Enfoque participativo no trabalho em grupo. In: BROSE, M. (Org.) *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo, 2001.

CORREA, Valmir Batista. *Coroneis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: UFMS, 1995.

CRUZ Francisca de Oliveira. *Reflexão sobre a sustentabilidade social, cultural e ambiental das atividades turísticas do Brasil*. 2002. Disponível em: <<http://www.unipan1.org/intradoc/grups/public/documento>>. Acesso em: 23 mai. 2011.

DALLABRIDA, V.R.; BECKER, D.F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 11.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DANTAS, José; TEIXEIRA, Francisco M. P. *História do Brasil: da colônia à república*. São Paulo: Moderna, 1989.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DURKHEIM, É. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

ELIOT, T.S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1988. Disponível em <[http:// ticobarros 2010. Vilabol.uol.com.br/Eliotcultura.pdf](http://ticobarros2010.vilabol.uol.com.br/Eliotcultura.pdf)>. Acesso em 2 jun. 2011.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*. **Interações**, Campo Grande: UCDB, v.1, n.1, p, 51-62, set. 2000.

FONTES; Angela; VELLOSO; Maria; DIOGO, Pedro Nogueira. *A estratégia de desenvolvimento local proposta pelo Programa Comunidade Ativa: potencialidades e entraves do DLIS*. 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.org/mujer/cursos/fuentes.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS, 2004. 199 p.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto de. *Capital social e desenvolvimento local*. 2004. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>>. Publicado em 15/04/2004.. Acesso em 5 mar. 2011.

FRANCO, C. *Como anda a educação básica*. Seminário Educação Brasileira: diagnósticos e alternativas. Rio de Janeiro: Instituto Unibanco, 2005.

GALLICCHIO, Enrique. El desarrollo local: cómo combinar gobernabilidad, desarrollo económico y capital social en el territorio. In: ROFFMAN, Adriana; VILLAR, Alejandro

(Orgs.). *Desarrollo Local: una revisión crítica del debate*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006. p. 59- 74.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. *Sociología*. Madrid: Alianza, 1994.

GUARESCHI, P. (Orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Área territorial oficial*. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo populacional 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão territorial do Brasil*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 jul. 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto interno bruto dos municípios 2004-2008*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2010.

JACOBI, Pedro. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. **Caderno de Pesquisa**, n. 118, p. 189-206, mar. 2003.

JACOBI, Pedro. *Poder local, políticas sociais e sustentabilidade*. **Revista Saúde e Sociedade** v. 8, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2011.

KLEINMAYER, A. *A participação dos atores locais no processo de desenvolvimento local sustentável do município de Balneário Piçarras - SC*. Dissertação de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário. Curitiba, PR, 2009.

KNOPP, Glauro da Costa. *Cultura e desenvolvimento local: um estudo do Programa Bairro-Escola da Cidade de Nova Iguaçu*. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, 2008.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Ordem Local como força interna de Desenvolvimento*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, volume I nº 1, 2000

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Territorialidade e dinâmicas sócio-ambientais*, fev./jul.2006. Notas de aula.

MARQUES, Heitor Romero; MARTÍNS José Carpio (Org.) *Territorialidade e desenvolvimento sustentável*. Campo Grande: UCDB, 2001.

MARTÍN, J.C. *Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local*. In: SOUZA, M. A. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. **Interações**, v. 3, n. 5, Campo Grande, UCDB, 2002.

MIGUELES, Carmen Pires. *O estudo da cultura organizacional: as dificuldades estão no objeto ou nas formas de defini-lo?* **Cadernos EBAPE.BR**, v. I, n. 2, dez., 2003. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_texto_completo.asp?cd_pi=231960>. Acesso em: 23 mai. 2011.

MILANI, Carlos R. S.; CUNHA, Sheila, S. *O papel da cultura no desenvolvimento local: a experiência da Rede Pintadas (Bahia)*. Texto apresentado no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Bahia, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/CarlosMilanieSheilaCunha.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *História e memória: algumas observações*. Disponível em: <http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

MOTTA, F. C. P. *Administração e participação: reflexões para a educação*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, jul/dez., 2003.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. *Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores no Município de Valente*. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

NUNES VIVEIROS, Albino Luis. *O desenvolvimento local e a animação sociocultural*. Uma comunhão de princípios. 8, julho, 2008. Disponível em: <<http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/ocho/Desenvolvimiento.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Desenvolvimento*. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural. Portugal: Almada, 2007.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (Orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998.

PEREIRA, S. B. *Processos tangíveis e intangíveis do desenvolvimento local*. **REN**, Fortaleza, v.38, n. 32, abr./jun., p. 289-305, 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil*. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. 2000. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acesso em 11 out. 2008.

POLETTTO, Emílio Rafael. *Ordenamento territorial no Brasil e a promoção do Desenvolvimento Local: uma aproximação geográfica*. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p.49 a 72, jan./jun., 2008.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.1996.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, H. *Liderança para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Nobel, 1999.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. 3.ed.. São Paulo: Cortez, 1998.

ROSA, Maria Cristina et al. (Orgs.). *Festa, lazer e cultura*. Campinas: Papyrus, 2002.

SACHS, Ignach. *Estratégias de transição para o séc. XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel/ Fundap, 1993.

_____. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política In: ARBIX, G; ABRAMOVAY, R. ZILBOVICIUS, M. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp/EDUSP, 2001.

SANTOS, Dirceu de Souza. *São Gabriel do Oeste: 30 anos: a prova que o esforço e o trabalho transformam uma região*. São Gabriel do Oeste-MS, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. S. Tauk. Globalização e práticas culturais: o local enquanto espaço de (re)construção da cidadania. In: Colloque franco bresilien SFCII/INTERCOM. **Anais...** Grenoble: Université Stendhal, 1996.

SANTOS, M. S. Tauk; CALLOU, A. B. F. *Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local*. In: **SIGNO - Revista de Comunicação Integrada**, João Pessoa, ano 2, n.3, p. 42-47, 1995.

SARAVIA, Enrique. *Política e estrutura institucional do setor cultural da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai*. **Cadernos do Nosso Tempo, Cultura e Democracia**. FUNARTE, n.1, p. 59-110, 2001.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. *Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais*. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, nºs. 1 e 2, p. 99-116, jan./dez., 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR-BA, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; SARAVIA, Enrique Jerônimo. Esforços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. *Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-132.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais*. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional; USP, 1973.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia* - um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio ambiente. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 15 jul., 2011.

VALE, Gláucia M. Vasconcellos. *Redes organizacionais e desenvolvimento territorial*. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74 - 98, set./dez. 2007.

VANIER, Jean. *Comunidade* - lugar do perdão e da festa. Trad. Teresa Paula Perdigão. São Paulo: Paulinas, 1982.

WEFFORT, Francisco. Introdução. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Org.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 17-28.

WERTHEIN, Jorge. *Crenças e esperanças*: avanços e desafios da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132969por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

WOLFE, A. *Três caminhos para o desenvolvimento*: mercado, estado e sociedade civil. Coleção Democracia: a democracia como proposta. Rio de Janeiro: IBASE, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Roteiro para entrevista com atores sociais

Nome			
Município			
Função que exerce no município			
Ação que exerce relacionado ao turismo			
Há quanto tempo atua nessa função			
Há quanto tempo atua com o turismo			

1. Como avalia o projeto Luzes do Cerrado em São Gabriel do Oeste, considerando os aspectos:	
Econômico	
Social (emprego e renda)	
Infraestrutura	
Cultural	
2. Quais as principais mudanças provocadas pela implantação do Projeto Luzes do Cerrado em São Gabriel do Oeste?	
3. Cite os aspectos positivos da implantação do Projeto Luzes do cerrado em São Gabriel do oeste.	
4. Cite os aspectos negativos da implantação do Projeto Luzes do cerrado em São Gabriel do oeste.	
5. Quais as ações que considera prioritárias para o crescimento da atividade turística no município?	
6. Quais as sugestões que apresenta para maior inserção social na atividade turística, com possibilidade de aumentar o numero de beneficiados com a atividade turística?	
7. Qual seu conceito/entendimento de economia solidária?	

8. Você identifica no município a existência de ações de economia solidária? Se sim, quais destaca?
9. Quais os fatores que aponta como relevantes para a existência no município de ações solidárias?
10. Como você percebe o apoio público as ações solidárias no seu município?
11. Aponte as possibilidades de relação entre os grupos de economia solidária e a atividade turística no seu município?
Muito Obrigado por sua colaboração.

Dados das pessoas que foram entrevistadas

Nome	
Cargo	
Telefone	
Assinatura do depoente (questionado)	
	Assino e concordo com a publicação dos resultados acima citados, e inclusive reprodução de fotos tiradas no ato dessa entrevista

APÊNDICE B
Roteiro do questionário aplicado

Nome: _____ Sexo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Escolaridade: _____

1. Qual a sua opinião sobre o Projeto “Luzes do Cerrado?”

2. Que benefícios sociais foram trazidos para o município?

3. Que benefícios ambientais o projeto ofereceu?

4. Quais benefícios culturais o projeto pôde proporcionar á cidade?

5. Quando começa a campanha para o recolhimento das garrafas pets? Existem pontos de entrega voluntária?

6. Há contribuição de alguma instituição? Qual?

7. Você contribui de que forma nesse projeto?

--

Dados das pessoas que responderam ao questionário

Nome	
Cargo	
Telefone	
Assinatura do depoente (questionado)	
	Assino e concordo com a publicação dos resultados acima citados.